



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República
Democrática de São Tomé e Príncipe**

São Tomé e Príncipe, 02 de novembro de 2003

Quero dizer a todos vocês da alegria de estar neste país irmão, São Tomé e Príncipe, inaugurando a primeira Embaixada do meu governo, nestes 10 meses. É importante lembrar que é a primeira vez que se cria uma Embaixada com residência, aqui, em São Tomé e Príncipe. O Celso Amorim foi o primeiro ministro das Relações Exteriores que veio a São Tomé e Príncipe. E eu sou o primeiro Presidente do Brasil a vir aqui.

Eu quero cumprimentar a minha companheira Marisa,

O senhor Mateus Meira Rita, ministro dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Comunidades,

Demais ministros do governo de São Tomé e Príncipe,

Meu companheiro Celso Amorim,

Chanceler Paulo Dyrceu Pinheiro, embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe,

A embaixatriz Ho-Thui Naga,

Os funcionários da Embaixada do Brasil aqui,

E quero cumprimentar o povo de São Tomé e Príncipe, sobretudo este povo que está aí dando um espetáculo para os brasileiros. Para vocês de São Tomé e Príncipe quero só lembrar que quando a gente chega aqui tem a impressão de estar chegando numa cidade brasileira, que a gente está chegando num estado como a Bahia e, porque não, Pernambuco? É que qualquer estado do Nordeste brasileiro lembra muito São Tomé e Príncipe.



É para mim motivo de grande alegria realizar, como primeiro ato de minha viagem à África, a inauguração do prédio da Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe.

O orgulho é ainda maior porque esta é a primeira missão diplomática criada em meu governo. Ao longo do próximo ano, pretendo abrir novas representações diplomáticas no continente africano.

Ao tomar posse, há poucos meses, determinei máxima prioridade ao relançamento de nossas relações com o continente africano e, em especial, com os países de língua portuguesa.

A Embaixada que hoje inauguramos é o símbolo mais concreto e visível da renovação da política do Brasil para a África.

Senhoras e senhores,

A criação de uma representação diplomática residente em São Tomé, no entanto, é mais do que um gesto simbólico. É a expressão palpável e efetiva da aproximação, do diálogo e da identificação de interesses e oportunidades que o Brasil deseja estabelecer com o povo são-tomense.

Desde que foi instalada, a Embaixada do Brasil em São Tomé já demonstrou o quanto poderá contribuir para aprimorar e enriquecer nossas relações.

Nesses poucos meses de diálogo direto com a comunidade são-tomense, já ajudou a identificar novas avenidas de cooperação, transformando a agenda de trabalho entre os dois países.

Como resultado, pudemos acelerar muitas iniciativas já em curso e abrir novas frentes de cooperação.

O diálogo que mantemos com São Tomé está, hoje, amadurecido. Tenho orgulho em afirmar que a Embaixada brasileira, então recém-instalada, desempenhou papel à altura da amizade e confiança entre nossos países na crise constitucional de julho último.



Atuou com transparência e firmeza para ajudar a viabilizar a participação da CPLP na missão internacional de mediação que colaborou para a normalização política interna.

Esta Embaixada opera em um país com promissoras perspectivas.

O início da exploração do petróleo deve transformar o ambiente econômico local e criar excelentes oportunidades para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

A Embaixada será não apenas a casa do Brasil em São Tomé, mas também a casa do Mercosul e da América do Sul, sobretudo em assuntos consulares e de promoção comercial, ela se oferece como referência para os países de língua portuguesa que aqui não estejam representados.

Senhoras e senhores,

Gostaria de agradecer ao presidente Fradique de Menezes e ao chanceler Meira Rita o apoio prestado pelo governo são-tomense na instalação de nossa Embaixada.

Quero também reconhecer o empenho do ministro Celso Amorim para que a decisão de abirmos esta Embaixada se transformasse tão rapidamente em realidade.

Desejo congratular-me, por fim, com o embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro e os demais funcionários por sua dedicação e empenho pessoal na desafiadora tarefa de abrir uma Embaixada, que são os grandes responsáveis pelo que pudemos realizar nestes poucos meses, desde sua instalação.

Desejo-lhes muito êxito nesta Embaixada do Brasil em São Tomé.

Desejo, meu caro Embaixador, toda sorte do mundo, e quando precisar de alguma coisa, saiba que o Celso Amorim estará à sua disposição.

Eu quero dizer ao povo de São Tomé, aos ministros que estão aqui, e ao nosso Embaixador que a abertura desta Embaixada é um começo da recuperação, ou melhor, o começo do pagamento de uma dívida histórica que o Brasil tem com a África e que nós vamos pagar.



Durante muitos anos o Brasil esteve de costas para a África. E nós achamos que está na hora de recuperar o tempo perdido. Eu tenho a esperança e a convicção de que, nesses próximos anos, nós vamos fazer mais do que foi feito nos últimos 15 ou 20 anos. O Brasil tem obrigação ética, obrigação política e obrigação moral. O Brasil pode ajudar São Tomé e Príncipe em muitas coisas. Nós poderemos contribuir muito na área da agricultura, na área científica e tecnológica, na área da saúde. Nós poderemos fazer parcerias em muitas áreas, nas quais o Brasil tem experiência acumulada.

Este é um país ao qual está reservado um futuro extraordinário. Se for verdade a possibilidade do petróleo que se imagina ter nas águas de São Tomé e Príncipe, é possível a gente dizer que, daqui a alguns anos, esse pequeno país poderá se transformar num dos países de maior renda per capita do mundo. E o Brasil tem tecnologia nisso também, como poucos têm e, portanto, pode ajudar a preparar as pessoas, a formar técnicos e pode até ser que a Petrobrás venha disputar o seu espaço, aqui, nos mares de São Tomé e Príncipe. O Celso está dizendo que eu tenho que dar a ordem. Portanto, eu vou deixar para dar a ordem no Brasil.

Mas, de qualquer forma, eu quero dizer aos ministros de São Tomé e Príncipe que podem ter certeza que a nossa relação não será marcada apenas pela burocracia diplomática, mas pela disposição política da nossa diplomacia, do meu governo e do Presidente da República. Agora, a relação é para valer.

Muito obrigado.

/rss



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita
ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB)**

Maputo - Moçambique, 04 de novembro de 2003

Quero dizer a vocês da alegria, da emoção de estar aqui, com brasileiros e brasileiras que atravessaram o Atlântico, chegaram às margens do oceano Índico e aqui estão trabalhando, vivendo, estudando, aprendendo, ensinando, sejam missionários, sejam empresários, sejam os nossos cientistas e os nossos educadores.

Acho que uma base gratificante da história de um ser humano é ele poder ser desbravador ou desbravadora, enfrentar coisas muitas vezes adversas, na perspectiva de realizar um desejo ou na perspectiva de dar uma contribuição.

O Ladislau morou aqui um tempo. Paulo Freire, acho que passou aqui um tempo. O Ladislau, para quem não sabe, é genro do Paulo Freire.

Este país, que lutou tanto para conquistar a sua independência, em 1975 e, depois, viveu um período longo de guerra civil e que, agora, há pouco mais de 10 anos, encontrou o caminho da paz, é um país que tem uma possibilidade extraordinária. Fui informado de que o PIB este ano, me parece, cresceu ou vai crescer de 7% a 8%, o que é uma coisa extraordinária para um país do continente africano. Espero que a paz seja, definitivamente, duradoura e que as pessoas que participaram desse processo de luta tenham aprendido que uma boa conversa, um bom acordo vale mais a pena do que uma guerra, por menor e por mais curta que ela seja.

E é uma alegria vir à África, chegar aqui e encontrar uma Casa do Brasil. Nós inauguramos, ontem, uma em Angola, mas ainda sem a pujança, sem a grandeza desta Casa aqui. Lá, é uma casinha mais acanhada. Com a mesma quantidade de carinho e de amor que tem esta daqui, mas menor. Mas, de



qualquer forma, é mais uma bandeira nossa fincada no continente africano, para sermos parceiros de verdade, para sermos companheiros.

Da mesma forma, ficamos emocionados quando fomos a São Tomé e Príncipe. A São Tomé e Príncipe nunca tinha ido sequer um ministro brasileiro, muito menos um ministro das Relações Exteriores e muito menos ainda um Presidente da República. São Tomé e Príncipe tem 150 mil habitantes, é uma ilha com uma população muito pequena.

Mas o que estamos fazendo é cumprir um compromisso histórico do nosso partido, um compromisso histórico de uma grande parcela da sociedade brasileira, um compromisso histórico do programa de governo que me fez ganhar as eleições.

Antes da campanha, durante a campanha e depois da campanha, nós afirmávamos, para quem quisesse ouvir, que iríamos ter uma posição muito mais ousada em nível de política externa, que não iríamos ficar esperando as coisas chegarem até nós, mas que iríamos ao encontro dos nossos companheiros, dos nossos parceiros, onde quer que eles estivessem.

E tomamos a primeira decisão, como política externa, de reaproximar o Brasil da América do Sul. Por incrível que pareça, a América do Sul está ligada geograficamente, umbilicalmente ao Brasil e, muitas vezes, o Brasil ficou de frente para a Europa e para os Estados Unidos e de costas para a América do Sul. E, quando olhava para a Europa, olhava com os olhos para cima, para não ver a África e já ver, diretamente, a Europa.

Nós achamos que, do ponto de vista comercial e econômico, é extremamente importante a relação que o Brasil tem com a União Européia e com os Estados Unidos. Queremos aperfeiçoá-la, queremos aprimorá-la, queremos vender mais, comprar mais destas nações, que são as mais ricas do mundo. Mas não poderíamos deixar de fazer com que também começássemos a adquirir as condições para que, um dia, nos tornemos ricos e possamos ser levados em conta nas negociações que acontecem no mundo inteiro.



Vocês sabem que o Mercosul estava fragilizado. Depois da desvalorização da moeda brasileira e da moeda argentina, o Mercosul ficou muito desvalorizado, porque depende muito da economia brasileira e da economia argentina. Então, como a Argentina também elegeu um novo Presidente, está facilitando o trabalho que nós temos de integração política, econômica, social e cultural. Só não vai ser possível fazer integração futebolística entre Brasil e Argentina, porque a rivalidade é muito grande e nós não queremos mexer nisso. Mas estamos com uma relação extraordinária.

Eu já me reuni com todos os Presidentes de países da América do Sul, desde as Guianas, Suriname, até o Chile, nesses 10 meses de governo. Estamos consolidando um processo forte para ver se todos os países da América do Sul participam do Mercosul.

O Brasil tem dimensão de que essa sua política tem que ter generosidade com os países mais pobres, com os países menores. O Brasil sabe que tem que ajudar o desenvolvimento de algumas regiões. O Brasil tem que agir como age o povo brasileiro: se você chega à casa de um nordestino, por mais pobre que seja, ele diz: “Onde come um, comem dois. Onde comem dez, comem vinte.” Ou seja, nós temos como cultura esse coração bondoso, essa repartição. Nem todos têm, mas a grande maioria do povo e, sobretudo, a parte pobre da população, tem essa dimensão de generosidade.

Então, o Brasil vai ter que agir com muita habilidade, muita disposição política. É um desejo, é uma vontade e é uma decisão do nosso governo fazer o estreitamento com a América do Sul e sonhar com que todos entrem no Mercosul, sonhar que a gente tenha um Parlamento do Mercosul, sonhar que a gente, um dia, possa construir uma moeda única, sonhar que gente possa ter várias coisas, várias instituições multilaterais, juntas, como tem a União Européia, que está sendo consolidada a cada dia que passa. E, também, o continente africano.

A nossa história com a África é mais do que uma relação diplomática. É



uma dívida que eu acho que o Brasil, nenhum de nós individualmente, mas que o Brasil tem com o continente africano. Porque foi desta parte do mundo que partiram homens livres, transformados em escravos no momento em que partiram, para nos ajudar a ser o que somos hoje, para nos ajudar a construir uma mistura belíssima de raças e ter um povo maravilhoso, como nós temos. E eu acho que o Brasil ficou com uma dívida a pagar e nós temos que pagar, ao longo desses próximos anos, mantendo a mais estreita relação, sobretudo com os países de língua portuguesa.

Eu tenho dito em todos os lugares: o Brasil quer fazer parcerias, o Brasil não quer ter relação hegemônica com nenhum país. Nós não queremos ter supremacia sobre absolutamente ninguém. Nós queremos ter igualdade nas nossas relações. Isso, nós estamos fazendo, pela primeira vez, nesta viagem minha a Moçambique. E vamos visitar ainda dois países, Namíbia e África do Sul. E, se Deus quiser, mais para a frente, mais países. Isso faz parte de um programa que nós vamos fortalecer, ajudar, para que o mundo comece a olhar a parte pobre do Planeta. Porque não é possível que as pessoas não tenham a sensibilidade de encostar a cabeça num travesseiro toda noite e dormir, sem lembrar que há milhões de crianças passando fome no mundo, milhões de desempregados e milhões de pessoas precisando de um pouco do dinheiro que está acumulado na mão de pouca gente e que poderia ser distribuído de forma justa e fazer a felicidade de muita gente.

Todo mundo sabe, eu tenho um mandato de quatro anos, já gastamos 10 meses desses quatro anos, tem três anos e dois meses, mas eu quero utilizar esses três anos de mandato que tenho pela frente para gritar cada vez mais forte, onde for possível gritar, para que as pessoas comecem a criar um espírito de solidariedade. Não é possível que um ser humano não tenha o coração mais aberto, que não seja disposto a ser solidário, que não seja disposto a estender a mão para as pessoas que não tiveram oportunidade. Se eu puder, pela minha origem, carregar este símbolo, certamente, dedicarei este



meu mandato não só para consertar as coisas que nós acreditamos que podemos consertar no Brasil, mas para tentar ajudar outros países para que possam conseguir os espaços que deveriam já ter conseguido. É muito difícil essa tarefa de sensibilizar, essa tarefa de conseguir relações comerciais justas, essa tarefa de convencer as pessoas a cederem para os pobres. Não é uma tarefa fácil. Não é. O que tenho dito em todos os lugares é que eu aprendi na vida que cada conquista que nós tivemos, e muitos de vocês participaram, foi muito difícil. Cada coisa que aconteceu, desde o movimento sindical. É muito complicado, tem que estar persistindo.

A nossa relação com o chamado mundo desenvolvido, a nossa relação na OMC, é uma relação de persistência. Não dá para a gente aceitar, de pronto, que nós somos fracos e que, portanto, já perdemos. Se fosse assim, não precisaríamos fazer nada. Ou seja, é exatamente por eles pensarem que nós somos fracos, que nós temos que mostrar que somos fortes, que temos disposição para negociar, e que a gente vai negociar de cabeça erguida, porque ninguém respeita aquele que está de cabeça baixa.

Nós, viemos aqui, em Moçambique, fazer vários acordos. Trouxemos vários ministros. Eu acho que o Brasil, embora seja um país pobre, é mais rico que Moçambique, é mais rico que Angola, é mais rico do que outros países da África e tem que ser solidário. O Brasil tem competência, base científica, tecnológica, para ajudar. O Brasil tem uma experiência empresarial que pode ajudar. O Brasil tem experiência sindical que pode ajudar. O Brasil tem experiência na área da saúde, na área da educação, na área dos transportes. O Brasil tem muita coisa para fazer. Muita gente pensa que ajuda é só com dinheiro. Dinheiro pode ser até importante, e muitas vezes é o que alavanca muitas coisas, mas há muitas coisas que a gente pode fazer sem precisar de dinheiro. Há coisas em que um gesto, às vezes, vale alguns milhões de dólares espalhados pelo mundo.

Nós já fomos recebidos de forma extraordinária no aeroporto. Eu me



emocionei na hora em que desci no aeroporto. Acho que amanhã vamos ter um trabalho muito sério. Os ministros vão se reunir com os ministros de Moçambique. Eu espero que as pessoas façam os protocolos que têm que fazer. E trago muitos ministros comigo, para depois eles aprenderem o caminho e virem sozinhos, não precisarem que o Presidente venha, se eles podem vir.

Eu tenho dito ao companheiro Celso Amorim o seguinte: quando comecei no movimento sindical, lá pelo ano de 1975, eu me lembro de quando aconteceram as primeiras greves e eu comecei a ficar um pouco importante, comecei a viajar pelo Brasil. Na época, a imprensa do ABC, e os meus adversários do ABC, criticavam muito porque eu viajava pelo Brasil, porque eu não parava, sexta, sábado e domingo, eu ia para o Acre, para o Amazonas, para o Pará, para Rondônia, para a Paraíba, para Pernambuco, para Minas Gerais, para o Rio Grande do Sul. Isso incomodava. E foi por esse incômodo que nós conseguimos criar o PT, que nós conseguimos criar a CUT, que conseguimos juntar num movimento popular, a comunidade e o movimento sindical.

E a mesma coisa nós vamos fazer no plano internacional. Hoje, eu disse para o Celso Amorim: Prepare as canelas, porque nós vamos viajar. Prepare as canelas, porque nós vamos ter que fazer algumas coisas que precisam ser feitas.

Não é que os outros não viajassem, não. Há muita gente que viaja. Agora, nós temos que definir uma estratégia para o nosso país, uma estratégia de relação internacional. Temos que escolher parceiros que tenham as mesmas condições, similares às nossas como, por exemplo, a África do Sul, a China, a Índia, a Rússia.

Nós temos que criar parceiros capazes de, na hora, se juntar, como foi feito em Cancún, com o G-22. É verdade que não fizemos nenhum grande acordo mas, também, não tivemos que engolir o que eles queriam que



engolíssemos.

Nós ainda estamos naquela fase da campanha, ou seja, “Lulinha Paz e Amor” é “Brasil Paz e Amor”. Mas, o “paz e amor” não significa que não saibamos os nossos objetivos e os nossos interesses. Sabemos perfeitamente bem. E essa nossa vinda a Moçambique, este encontro com vocês, é um pouco do interesse que temos no mundo.

Nós queremos dizer, em alto e bom som: o Brasil existe. O Brasil respeita e gosta de respeitar os outros. Mas o Brasil também quer ser respeitado pelo que já fez.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

/lrj/vpm/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano

Palácio da Ponte Vermelha

Maputo - Moçambique, 05 de novembro de 2003

Esta nossa viagem ao continente africano é o cumprimento de um compromisso histórico do meu Partido e do meu governo e, eu diria, de todas as pessoas, independentemente dos partidos a que pertençam no Brasil, que têm respeito pelo continente africano e, mais que isso, que sabem que o Brasil tem uma dívida para com a África.

Moçambique é um caso à parte na relação com o meu governo e na relação histórica com o Brasil. Não são poucos os companheiros nossos que moraram em Moçambique. Não são poucos os companheiros nossos que aqui receberam, do governo de Moçambique, a possibilidade de trabalhar e, ao mesmo tempo, de prestar os seus conhecimentos à população de Moçambique.

Quando terminaram as eleições, no ano de 2002, nós sabíamos que tínhamos um compromisso para cumprir com a América do Sul, com a África e com a América Latina. Primeiro, porque era preciso reconstruir a relação do Mercosul, porque o Mercosul só pode dar certo se a relação Argentina-Brasil estiver em perfeitas condições e se as duas economias estiverem em perfeitas condições.

Quis o destino que o Brasil me elegeisse Presidente da República e que a Argentina também elegeisse um Presidente da República que pensa como o Presidente do Brasil sobre o Mercosul. Fizemos um trabalho imenso, no sentido de trazer todos os países da América do Sul para participar do Mercosul, e esperamos que possamos concluir esse objetivo dentro de alguns



meses.

O passo seguinte é o nosso querido continente africano. O Brasil tem uma dívida histórica e, conseqüentemente, precisa contribuir de forma decisiva para o pagamento dessa dívida. E o pagamento dessa dívida se deve pelas boas relações que o Brasil tem que ter, sobretudo, com os países de língua portuguesa.

Nós sabemos que a sociedade brasileira foi construída com o trabalho, com o esforço, com o suor e com o sangue de uma grande parcela de africanos, que eram cidadãos e cidadãs livres na África e se tornaram escravos, para prestar serviços no meu país e em outros países.

A forma mais correta de retribuirmos o sacrifício que os africanos tiveram é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África. E é um pouco o que viemos fazer aqui. Viemos aqui para dizer ao presidente Chissano que nós, brasileiros, e o governo brasileiro queremos dedicar parte do nosso tempo, parte do nosso conhecimento tecnológico; queremos dedicar o nosso conhecimento industrial, o nosso conhecimento agrícola, para que possamos contribuir com o desenvolvimento desta parte do planeta Terra.

Os protocolos que assinamos hoje, na verdade, são importantes, mas ainda são pouco diante do que podemos assinar. Tenho certeza de que cada ministro que participou da reunião saiu convencido de que pode fazer mais, que pode contribuir mais e que pode fazer com que aconteça muito mais do que está acontecendo entre Moçambique e Brasil.

No campo da agricultura, o Brasil pode contribuir de forma decisiva para o crescimento da agricultura de Moçambique. No campo da pecuária, o Brasil pode contribuir de forma extraordinária. No campo da indústria, o Brasil pode contribuir de forma excepcional. E eu não tenho dúvida de que os empresários brasileiros estarão dispostos a dar essa contribuição.

A reunião de que participamos hoje, o presidente Joaquim Alberto Chissano e eu, com os empresários brasileiros e de Moçambique, é apenas



uma demonstração daquilo que pode acontecer se nós continuarmos trabalhando para aprimorar essa relação.

Eu quero dizer ao meu querido amigo, presidente Chissano – eu não digo isso para muita gente, ao longo da minha vida política tenho dito isso para pouquíssima gente, escolhida a dedo, possivelmente pelo sentimento da consciência e pelo sentimento do coração –: nem todo irmão é um companheiro, mas todo companheiro é um grande irmão.

E eu quero que o Presidente de Moçambique saiba que eu entrei aqui achando que ele era um irmão, e saio daqui achando que ele é mais do que irmão, que ele é um companheiro.

Essa relação que o Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Nós já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos libertamos do hegemonismo. Nós, agora, queremos parceria, queremos companheirismo, queremos trabalhar juntos para a construção de uma política internacional equânime, para organismos multilaterais e democráticos para que tenhamos igualdade de oportunidades.

Quero que o meu amigo presidente Joaquim Alberto Chissano tenha certeza: eu tenho mais três anos e dois meses de mandato, e esse tempo que tenho de mandato será, dentre outras coisas, dedicado para que a gente possa recuperar o tempo perdido na nossa relação com o querido continente africano e com o querido país Moçambique.

Quero convidar a todos para fazer um brinde ao Presidente e à sua esposa, que não está presente. E fazer um brinde à felicidade do povo moçambicano, à felicidade do povo brasileiro e à felicidade do presidente Chissano.

/lrj/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma

Windhoek - Namíbia, 06 de novembro de 2003

É com emoção que venho à Namíbia, país irmão, unido ao Brasil pelo Atlântico Sul. Somos irmanados também na luta pela liberdade, pelo culto à democracia e pela busca da justiça social.

Tenho a grata satisfação de reencontrar o presidente Sam Nujoma, um líder cuja trajetória se confunde com a própria história deste jovem país. Recordo vivamente nossas conversas na década de 80, quando pude identificar no então líder da SWAPO as mesmas aspirações que sempre estiveram no centro de minhas preocupações políticas.

Hoje, como Presidente do Brasil, venho reafirmar ao presidente Nujoma o respeito e a estima do povo brasileiro pelo povo namibiano. Venho expressar minha determinação em transformar este patrimônio de amizade e identidade de valores em aproximação política e em cooperação bilateral, em favor de nossos concidadãos.

Senhor Presidente,

Superadas as páginas trágicas do colonialismo e do *apartheid*, vemos emergir uma África Austral sem conflitos, em pleno renascimento. A coragem e o heroísmo demonstrados pela Namíbia em seu combate vitorioso pela autodeterminação espelham-se, hoje, em outra forma de determinação: o compromisso de buscar seu próprio caminho de desenvolvimento.

Partilhamos os mesmos compromissos com a paz, a tolerância, a democracia, e o progresso econômico e social. Partilhamos, igualmente, o dever de aprofundar essa promissora parceria entre Brasil e Namíbia.

Senhor Presidente,



A visita de Vossa Excelência ao Brasil em 1987, ainda como líder de um movimento de libertação nacional, lançou as bases para uma aproximação que só se tem intensificado. As suas visitas, em 1995 e 1999, já como chefe de Estado, e minha visita, hoje, consolidam uma parceria que nos comprometemos a fortalecer. Vamos fortalecê-la com maior diálogo e conhecimento.

Saudamos, assim, a decisão da Namíbia de instalar, brevemente, sua Embaixada em Brasília numa demonstração dessa vontade de mobilizar esforços em favor do fortalecimento dos nossos laços. No Brasil, realizamos, em maio último, em Fortaleza, o Primeiro Fórum Brasil-África, que ofereceu à sociedade brasileira e, em particular, ao empresariado uma visão atualizada da realidade e das potencialidades da África.

Os geólogos ensinam-nos que, em passado longínquo, Brasil e Namíbia já formaram um só território. Nosso desafio é fazermos hoje do oceano que banha nossas costas um fator de aproximação. Nada melhor simboliza essa determinação e as possibilidades que oferece do que o programa de treinamento da Ala Marítima das Forças de Defesa da Namíbia.

Estamos construindo pontes sobre o Atlântico. A primeira é a da comunicação e da cooperação. Orgulhamo-nos do fato de que os oficiais da Marinha da Namíbia falem português, em decorrência de seus estudos no Brasil. A Adidância Naval que vamos criar, no ano que vêm, sublinha o desejo brasileiro de aprofundar esse diálogo.

O Brasil tem contribuído para os esforços de pesquisa e demarcação da plataforma marítima da Namíbia, tão semelhante à brasileira. Queremos que seja uma parceria estratégica, compatível com o redimensionamento das relações entre nossos países e regiões. Uma parceria cuja moldura seja uma zona de paz e cooperação do Atlântico Sul a serviço de políticas mais eficazes nos domínios ambiental, de defesa e de transportes.

Queremos estender o exemplo de nossa cooperação naval para outros



campos, com o envolvimento dos setores público e privado, mediante projetos concretos e inovadores. Um primeiro passo envolve o intercâmbio acadêmico. O Brasil está pronto para oferecer vagas e bolsas, nos níveis de graduação e pós-graduação, em áreas de interesse prioritário para a Namíbia.

Uma área promissora é a do treinamento e cessão de tecnologias de cultivo, numa parceria entre o Ministério da Agricultura namibiano e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Estamos inaugurando novas áreas de colaboração também no campo do desenvolvimento urbano e agrário, mineração e ciências do solo. Daremos atenção especial ao manejo de recursos hídricos, de importância fundamental para este país.

É com alegria que verifico as semelhanças entre o programa de Ação Nacional de Redução da Pobreza, implementado pelo governo namibiano e o programa Fome Zero, que implantei no Brasil. Ambos refletem a comunhão de visão entre nossos países sobre a necessidade de atacar, de forma abrangente e sistemática, essa vergonhosa chaga de nossas sociedades.

Em nenhum campo nossa cooperação e solidariedade são mais urgentes do que no combate à epidemia do Hiv/Aids. Vamos trabalhar juntos para atender a um primeiro grupo de pessoas ameaçadas. Queremos agir para evitar o agravamento de um quadro dramático, que solapa a estabilidade econômica e social de alguns países africanos. Queremos, sobretudo, devolver a essas crianças e adultos a dignidade e a esperança de viver.

O caminho do desenvolvimento passa pela modernização do Estado. No Brasil, estamos finalizando a aprovação de reformas estruturais fundamentais para o futuro do país. Na Namíbia, conhecemos sua eficiente investida contra a corrupção. Também aqui podemos aprender juntos.

Senhor Presidente,

Nesta minha viagem pude comprovar pessoalmente as transformações por que vem passando a África. Vejo um Continente autoconfiante, que propõe à comunidade internacional uma nova parceria, a Nepad, centrada no



compromisso dos africanos de tomar seu destino em suas próprias mãos. Um Continente amadurecido, que, ao constituir-se na União Africana, está decidido a libertar-se de uma triste endemia: a desorganização econômica e as guerras fratricidas.

A Namíbia é fulcro de muitas das transformações que estão forjando essa nova África. Seja pela estatura e prestígio de seus líderes, seja pela pujança de sua economia, seja pelo vigor de sua diplomacia, a Namíbia, simboliza a África do futuro. Um futuro em que o Brasil deseja participar. Esse futuro passa pela crescente integração e conexão entre nossas economias.

Os empresários brasileiros que me acompanham nesta visita querem conhecer melhor a sua excelente infra-estrutura de transportes, ver de perto suas zonas de processamento de exportações. Há oportunidades a serem exploradas, empreendimentos comuns que ganharão maior impulso, resultante do diálogo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral.

Sabemos, no entanto, que essa aproximação jamais será completa sem ligações rápidas e ágeis. Novas linhas aéreas e marítimas unindo o Brasil, a África e até mesmo a Ásia Meridional, contribuirão para dinamizar nossas economias. Temos que encontrar soluções para estes desafios, implementando acordos bilaterais já existentes no setor aéreo, multiplicando os vôos não regulares. Temos motivos para otimismo.

Brasil e Namíbia estão na vanguarda da promoção da integração das suas respectivas regiões, que terá efeito multiplicador sobre nosso relacionamento transatlântico. No âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a região vem multiplicando empreendimentos comuns graças à melhoria dos meios de transporte.

A América do Sul também investe na integração física, com projetos de infra-estrutura nos campos dos transportes, comunicações e energia. No primeiro Fórum Brasil-África sobre transportes, que vamos organizar proximamente, estou seguro de que poderemos explorar alternativas que se



abrem para diversificar e multiplicar nosso comércio, inclusive via projetos trilaterais.

Senhor Presidente,

Estivemos juntos, no passado, na denúncia do preconceito, da discriminação, da exploração econômica e na luta pela emancipação política. Hoje nos associamos para que nossas sociedades caminhem juntas, no futuro, em direção ao desenvolvimento com justiça social, em ambiente internacional mais eqüitativo e democrático.

Nossos esforços não se esgotam na esfera bilateral e inter-regional. Precisamos cooperar nos organismos multilaterais, tornando-os mais legítimos e representativos, sensibilizando-os para as carências dos menos favorecidos. Este é o nosso desafio na Organização Mundial do Comércio.

Os países do Sul precisam trabalhar, com coesão e determinação, para que a Rodada de Doha seja mesmo a rodada do desenvolvimento. Disso depende a própria credibilidade da Organização e as chances de se adotar um regime internacional de comércio justo e eqüitativo, que dê aos países em desenvolvimento o direito de competir e a seus cidadãos o direito de sonhar com uma vida melhor.

A África venceu a luta heróica pela emancipação e agora vai ganhando, passo a passo, a luta pela pacificação. Acabo de vir de Angola e de Moçambique, onde pude ver de perto a esperança nos olhos das crianças. Meninos e meninas que não mais crescerão em meio a campos de batalha e trincheiras, mas no convívio familiar e em salas de aula.

Saúdo, portanto, a liderança que a Namíbia vem demonstrando em trazer a paz a países irmãos conflagrados. Seja por força de sua ação diplomática, seja por meio do envio de contingentes em apoio a missões da ONU.

Orgulha-me que o Brasil possa colaborar nesse louvável esforço, como ocorreu no caso da República Democrática do Congo. O Brasil prestou apoio



logístico para o transporte de contingentes da Namíbia, cedidos à missão da ONU no Congo.

Afirmar-me perante a Assembléia Geral da ONU que o verdadeiro nome da paz é a justiça social. Na Namíbia e no Brasil, travamos a mesma batalha por melhores condições de vida para nossos povos. Este é um combate em que acreditamos, porque só produz vitoriosos. Convido Vossa Excelência e o povo da Namíbia a juntar forças com meu país nessa luta pela paz e pelo desenvolvimento, dentro e fora de nossas fronteiras.

Esta é a mensagem fraterna que, em nome do governo e do povo brasileiro, desejo transmitir a Vossa Excelência e ao povo deste belo país.

Muito obrigado.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Namíbia

Windhoek - Namíbia, 07 de novembro de 2003

Gostaria de agradecer aos representantes de nossos governos aqui presentes. Tenho certeza de que os trabalhos desta reunião nos permitirão consolidar uma nova agenda bilateral, mais robusta e mais abrangente. O compromisso do governo brasileiro é claro: queremos relançar nossas relações com a África, uma das principais prioridades da política externa brasileira, e, neste contexto, com a Namíbia.

Os encontros que ora iniciamos darão oportunidade para conversarmos, de maneira franca e objetiva, sobre os principais temas da agenda do Brasil e da Namíbia, permitirão rever as dificuldades que encontramos no cumprimento dos compromissos assumidos no passado, avaliar as experiências trocadas e traçar um novo rumo.

A primeira visita de Vossa Excelência ao Brasil, ainda em 1987, descortinou, com visão de futuro, as amplas possibilidades que hoje desejamos consolidar e aprofundar. Damos seguimento aqui aos esforços no mais alto nível, indispensáveis para impulsionar nossa agenda comum.

A cooperação é uma das áreas centrais nas relações bilaterais. O Brasil está determinado a executar as ações que acordamos, ao mesmo tempo em que estamos inteiramente abertos a considerar demandas e necessidades específicas indicadas pelo governo namibiano.

Trago comigo vários ministros. Quero com isso não só dar um sentido prático com amplo alcance a esta visita, mas também indicar aos nossos amigos namibianos que queremos ir bem mais longe trabalhando juntos. Nossos companheiros de governo tratarão, hoje, das possibilidades de



cooperação em áreas de grande importância para ambos os países, como a da agricultura e saúde, entre outros.

Quero saudar os representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, instituição que é motivo de orgulho para o Brasil, tanto por sua reconhecida excelência, quanto por seu engajamento na cooperação para o desenvolvimento. A Embrapa é parceira antiga do Ministério da Agricultura, Água e Desenvolvimento Rural da Namíbia. Ambas já trabalharam em projetos como o de Desenvolvimento Agrícola da Região Norte da Namíbia, em 1995. Hoje, vamos ampliar esse trabalho conjunto. São também promissoras as perspectivas de cooperação em desenvolvimento agrário e no manejo de recursos hídricos, temas importantes para o esforço de combate à fome e à miséria em nossos países.

Outro tema de grande relevância que discutiremos aqui é a cooperação na área de saúde. O Brasil está disposto a apoiar a Namíbia no que for possível para reforçar suas políticas públicas nesta área. Queremos, sobretudo, superar eventuais dificuldades nas negociações sobre o projeto de cooperação em matéria de Hiv/Aids.

Não poderia deixar de mencionar também a grande expectativa que depositamos no avanço da cooperação naval, peça fundamental na relação entre Brasil e Namíbia. Além de dar seguimento ao programa de capacitação que já desenvolvemos desde a independência namibiana, discutiremos a aquisição de navios produzidos no Brasil para a Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia, e o trabalho de preparação das cartas cartográficas da plataforma marítima do país por empresas brasileiras.

Os ministros da Cultura também estarão assinando um documento que prevê o início da cooperação cultural, de grande importância para a aproximação de nossos povos. Os museus de arqueologia e etnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo têm



interesse nessa cooperação, que poderá ser o ponto de partida para iniciativas mais amplas.

A área de esportes apresenta potencial para o incremento dos nossos laços. Temos que discutir aqui modalidades concretas de ação. Daremos também um primeiro passo no intercâmbio acadêmico. Experiências de cooperação do Brasil nessa área têm revelado resultados excepcionais. Vamos oferecer vagas e bolsas, nos níveis de graduação e pós-graduação, em áreas de interesse prioritário da Namíbia.

Senhor Presidente,

Outras áreas serão também objeto de nossa atenção. A agenda de cooperação é, portanto, extensa. Mas, tampouco, podemos esquecer a ampla gama de temas regionais e multilaterais de interesse comum.

Queremos compartilhar pontos de vista e articular posições comuns sobre questões relevantes para nossa atuação internacional: o comércio internacional, o desarmamento e a reforma das Nações Unidas, entre outros. Temos, igualmente, boas possibilidades de ampliar o comércio e os investimentos. Nosso desejo é que esses temas ganhem importância em nossa agenda bilateral.

Demos passo significativo nessa direção com o início das negociações entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral para um acordo comercial. A agenda econômica pode ser diversificada com a dimensão da área de infra-estrutura. Por isso, o Ministério dos Transportes do Brasil estará organizando o primeiro Fórum Brasil-África sobre transportes marítimos e construção naval. Uma expressiva presença da Namíbia nesse evento poderá representar a abertura de novas oportunidades para o incremento de nossas relações bilaterais.

Senhor Presidente,



Queremos construir um relacionamento sólido, baseado na solidariedade e na amizade que nos une. É este o sentido dos acordos que vamos subscrever hoje. São compromissos e metas que reafirmam a determinação de trabalharmos juntos para garantir aos nossos cidadãos os benefícios do desenvolvimento social e econômico.

É com este espírito que concluo minhas palavras na abertura desta reunião ministerial Brasil-Namíbia, desejando a todos um produtivo encontro de trabalho.

Muito obrigado



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da viagem a África do Sul

Pretória – África do Sul, 08 de novembro de 2003

Meu querido companheiro presidente Mbeki,

Eu quero, primeiro, dizer a vocês que foi com muito orgulho que vim fazer esta viagem à África.

Saio da África do Sul com a alma mais limpa, com o sentido do dever cumprido, porque fizemos o que prometemos na campanha. Fiquei muito feliz quando o nosso Embaixador me comunicou que, em apenas onze meses de governo, vieram mais ministros e personalidades brasileiras à África do Sul do que nos quatro anos que antecederam meu governo. Isso significa que nós estamos fazendo aquilo que acreditávamos – antes, durante e depois da campanha – nas nossas alianças estratégicas com os nossos parceiros da América do Sul e da África.

A segunda coisa importante é que os reitores da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade da África do Sul criaram um fórum e um prêmio “Presidente Mbeki”, para estimular estudos sobre política externa e desenvolvimento sócio-econômico da África do Sul. E será também implementado o programa de cooperação, envolvendo bolsas de estudo de pesquisa acadêmica.

Quero afirmar também que, ontem à noite, o presidente Mbeki pediu para que o Brasil apoiasse a África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010. Eu, de pronto, disse que o governo brasileiro apóia a África do Sul, sob uma condição: que eles não nos peçam para perder a Copa.

Quero crer, presidente Mbeki, que o que fizemos hoje, nessas poucas horas, demonstra, da forma mais clara e objetiva possível, que a África do Sul e o Brasil estão no caminho certo.



Neste mundo globalizado, em que os países desenvolvidos já têm suas peças marcadas, já têm seus mercados definidos, já têm o domínio das coisas importantes que valem no mercado de comércio no mundo, é extremamente saudável e política e economicamente correto, que juntemos todos os países que têm similaridades culturais, econômicas, tecnológicas e que, juntos, procuremos estabelecer uma ação no sentido de fazer valer os interesses dos países em desenvolvimento.

Eu aprendi na minha vida de negociador, quando era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que o bom acordo é aquele em que os dois saem pensando que ganharam e saem satisfeitos com o resultado. Os jornalistas compreenderão o que estou dizendo: se um jornalista sai de manhã para vender um carro e ele vende o seu carro e chega em casa dizendo que pegou um bom preço pelo carro, feliz da vida, e se o comprador chega em casa e diz para a mulher: “Fiz um bom negócio, paguei um bom preço”, feliz da vida, significa que este é um acordo extraordinário, porque deixou as duas partes alegres.

Na política internacional não é diferente. Eu tenho afirmado, todas as vezes que posso: o Brasil quer uma relação estratégica com a África do Sul, com os países em desenvolvimento, com toda a África e com a América do Sul. O Brasil quer estabelecer política estratégica com a China, com a Índia, com a Rússia, com o México, porque já temos o Mercosul na América do Sul. E essa política estratégica que queremos fazer é para garantir que os nossos países possam, na Organização Mundial do Comércio, ter igualdade de oportunidades para que seus produtos possam transitar com a mesma equidade com que transitam produtos dos países ricos.

Mais ainda, o Brasil quer uma relação de parceria. Nós não queremos hegemonia, em nenhuma hipótese. Para nós, uma boa relação comercial pressupõe que um país não tenha grande superávit comercial sobre outro, que um país não queira apenas vender, mas também se disponha a comprar, para



que a troca se dê de forma justa e compensadora para todos, para os empresários, para os trabalhadores e para os governos.

E eu saio do seu país, hoje, satisfeito, realizado como político, porque percebo que o Presidente da África do Sul pensa como pensa o Presidente do Brasil.

Como diria um grande cantor brasileiro, por quem tenho profunda admiração, Raul Seixas: “Sonho que se sonha só é apenas um sonho. Mas sonho que se sonha coletivamente vira realidade.” E nós estamos transformando em realidade o fato de termos juntos os países do Terceiro Mundo, os países do Sul, a África e o Brasil. Em realidade política, realidade econômica, realidade na ciência e na tecnologia e realidade no bom entrosamento que o povo brasileiro tem com o povo da África do Sul.

Muito obrigado.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da despedida do assessor especial Oded Grajew

Palácio do Planalto, 10 de novembro de 2003

Essa despedida não era para ser hoje. Eu estava programando uma pequena festa para o meu companheiro Oded.

Vocês não têm nenhuma obrigação de saber, mas se ninguém se preocupou em saber quem era o Oded, antes de ele sair, acho que é importante que vocês saibam quem é o companheiro Oded.

Nós temos uma relação de amizade muito antiga. A verdade é que o Oded, antes de conhecer a Mara, era mais conservador. A Mara é que colocou ele no eixo, para ele virar meu amigo. Os dois moravam no mesmo prédio e foram se conhecer em Cuba. Nunca tinham se encontrado no prédio e foram se conhecer em Cuba.

Mas faz muitos anos que tenho amizade com o Oded. Ele é daqueles companheiros que conseguem transformar coisas negativas em coisas positivas.

Se vocês forem atentar um pouquinho para a história do Oded, vocês vão começar pelo PNBE e vão perceber que o PNBE, que era uma entidade de pequenos e médios empresários de São Paulo, foi diferente quando o Oded era o coordenador, tinha uma importância política muito grande. E, hoje, o PNBE passou a ter um papel, eu diria, que pode ter o mesmo peso empresarial, mas não tem mais a notoriedade política que tinha no tempo do Oded.

Depois, Oded teve uma participação extraordinária na Abrinq. E teve uma participação extraordinária nas campanhas, as que perdi também. Ele perdeu junto comigo. Depois, Oded criou o Instituto Ethos e criou a Cives. Todas essas instituições que o Oded criou tiveram uma participação muito



grande no meio em que elas foram criadas.

Pela primeira vez, Oded criou uma entidade empresarial do PT, que ia para a avenida Paulista distribuir panfletos defendendo o PT. Nem sempre era fácil.

Foi Oded o homem que pensou o Fórum Social Mundial. Foi o companheiro que deu a idéia do Fórum Social Mundial, foi mentor intelectual do Fórum Social Mundial.

Quando o convidei para vir ser assessor especial, era porque eu queria que ele colocasse dentro do governo uma parte daquilo que ele já tinha colocado na sociedade civil.

E nem sempre é fácil para uma pessoa que tem uma vinculação tão forte com a sociedade civil, como tinha o Oded, de repente fazer parte de um governo. Ou seja, não é uma coisa fácil, não é um trânsito fácil, porque se lida com gente de todas as matizes políticas, que cumprem com algumas funções. Por exemplo, o Oded teve um trabalho muito grande, em vários lugares, para fazer com que consumidores estrangeiros e importadores não comprassem determinados produtos brasileiros de empresas que tinham trabalho escravo, que tinham trabalho de menores.

O Oded, há muito tempo, vem discutindo com o movimento sindical que ele poderia, através do consumidor, ter tanta ou mais força do que apenas no confronto direto com empresários.

Então, nestes 10 meses em que o Oded trabalhou no governo, o que ele citou aqui eu acho que não retrata com fidelidade o trabalho que foi feito. Quando Oded me procurou para dizer: “Presidente, vou fazer com que os banqueiros ajudem a construir cisternas”, eu confesso, e disse isso lá, em Cabaceiras, eu confesso que tive dúvidas de que era possível. E, aí, o Oded pediu para marcar um ato e o Gilberto Carvalho organizou o ato. De repente, hoje, a Febraban já assumiu um compromisso de 10 mil cisternas. E eu os cobrei, gentilmente, para fazerem mais umas 10, depois mais 10, depois mais



10, e quantas for preciso fazer, porque a necessidade é muito grande.

Oded Grajew: Já se comprometeram com mais 10 mil.

Presidente: Então, não tenho dúvida nenhuma de que onde o Oded estiver, no Brasil ou no exterior, ele estará preocupado com os problemas que vive a maioria do nosso povo, estará preocupado em encontrar formas de ajudar.

Quando ele veio me dizer que gostaria de sair, porque tem um trabalho na sociedade civil que ele precisa dar continuidade, eu ainda relutei, tentei persuadir o Oded a continuar. Mas, como conheço o Oded há mais de 20 anos e sei que quando ele toma uma decisão, ele dá seqüência a ela; e como ele me convenceu de que o que ele pode fazer na sociedade civil, sem estar preso a um cargo no governo, é muito mais do que ele está fazendo, eu, então, não tive outra alternativa, senão falar: companheiro Oded, olha, tudo bem. Boa sorte nas suas atividades.

Quero dizer, Oded, aqui, na sua frente, na frente da sua companheira Mara, da tranqüilidade que eu tenho. Acho que o pessoal todo do governo sabe disto, porque todo mundo o conhece há muitos anos. Eu acho que se o Brasil tivesse mais gente como você, certamente seria mais fácil melhorar as coisas, porque o grande desafio que está colocado para todos é como abrir espaços para a captação dessa energia positiva que a sociedade está a nos oferecer.

Nesses 10 meses, eu nunca tive uma decepção em nada que pedi para a sociedade contribuir. Eu acho que nós, enquanto Estado brasileiro, envolvendo prefeituras, governos estaduais e governo federal, não tínhamos a cultura política de a sociedade participar. Nós estamos criando um outro padrão de relacionamento com a sociedade, para que ela assuma a responsabilidade de autogerir os destinos deste país. Eu acho que ninguém, Oded, faz isso melhor do que você.

E muitas vezes, depois que você falou comigo, eu fiquei pensando:



possivelmente, o Oded tenha razão. Possivelmente, de fora, ele poderá trazer muito mais energia para dentro, para que, de dentro, ela volte para fora outra vez. Em vez de dentro ficar captando essa energia. Na medida em que você volta para a sociedade civil, volta a assumir os postos que você sempre assumiu. Eu estou quase certo de que você pode fazer muito mais, infinitamente mais do que o muito que você fez nesses 10 meses.

De forma que, é com tristeza, eu não vou chorar aqui, é com tristeza que vou deixar de ter o convívio com o companheiro. Mas também é verdade que a gente conversava muito mais antes de sermos governo. A gente conversava muito mais. Com esse negócio de ser governo, muitas vezes, a gente não tem tempo de prostrar com os amigos o tanto que precisa prostrar. Muitas vezes, as coisas boas acontecem numa prosa e não numa reunião. E eu acho, Oded, que a partir de agora, nós vamos ter muito mais tempo de conversar do que nós conversamos nesses dez meses.

Oded Grajew: Tomara!

Presidente: Eu quero agradecer, de coração, a sua participação. E quero dizer que, esteja onde você estiver, você será um membro do governo Lula, porque é assim que o vejo.

Oded Grajew: Olha, eu deixo de ser assessor especial, para ser um colaborador especial.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Universalização do
Acesso e Uso da Energia Elétrica**

Palácio do Planalto, 11 de novembro de 2003

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,
Minha querida Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,
Demais companheiros e companheiras ministros e ministras aqui
presentes,

Deputados, senadores e senadoras aqui presentes,

Meus caros amigos governadores dos estados brasileiros,

Eu não vou ler um discurso hoje, por conta do nosso tempo. E também
porque a Dilma fez uma extraordinária apresentação.

Eu me lembro que, ainda no governo do presidente Sarney, em 1989,
quando o Carlos Lessa trabalhava no BNDES, ele era, possivelmente, um dos
brasileiros mais entusiastas para resolver o problema da eletrificação rural no
Brasil. E eu me lembro de uma conversa que ele teve comigo – eu estou
falando de junho ou julho de 1989 – em que ele dizia que era possível, em
cinco anos, resolver o problema da eletrificação rural no nosso país.

A verdade é que, de 1989 até agora, já se passaram 14 anos e a gente
constata que não foi feito o que precisaria ser feito, se bem que alguns estados
avançaram muito nesse período.

Está provado também que, muitas vezes, não é má vontade pessoal de
ninguém e muito menos de algum governador, porque tem lugar que fica mais
barato do que outros, para fazer a eletrificação rural.

Eu fico imaginando aquela parte marrom do estado do Amazonas,



quantos milhares de postes vão ter que ser colocados para levar a luz à casa de um agricultor; ou vai ter que se inventar uma forma mais barata para fazer isso.

Tem estados que avançaram. Vocês viram um dado surpreendente, tem estado do Nordeste que tem mais eletrificação rural do que estados do Sul e do Sudeste, numa demonstração, também, de que depende muito da definição de prioridade que esse ou aquele governo deu para enfrentar o problema da eletrificação rural.

O dado concreto e objetivo é que nós estamos apresentando uma proposta não para este governo que está aqui, agora, e não só para vocês, porque o nosso mandato começou junto e vai terminar junto. E não sabemos quem continua ou quem não continua. O dado concreto é que nós estamos apresentando uma proposta que seja factível para o país, uma proposta que leve em conta coisas da maior importância, que são os comitês gestores, para tentar evitar aquilo que, historicamente, acontece no Brasil: e as obras começadas por um governo ficam paralisadas porque têm a marca desse governo.

Todos nós sabemos, todos nós, e esse plenário aqui, possivelmente, mais do que eu, que levar a luz à casa de uma pessoa significa levar a possibilidade do progresso para aquela pessoa. E eu quero crer que muitos aqui já viveram sem energia elétrica. Quem nunca viveu, quem nasceu nas luzes das capitais, não tem dimensão do sofrimento que é a falta de energia. Uma coisa é tirar umas férias de dez dias e ir para uma cabaninha no meio do mato e viver sem luz elétrica, na base da vela, do lampião ou do candeeiro. É tudo muito charmoso. Mas depois de dez dias também, ninguém agüenta, quer voltar para a cidade.

Agora, imaginem as pessoas viverem vidas e mais vidas sem luz. Pernambuco é um exemplo, eu me lembro da casa de onde eu saí, onde morava a minha família lá em Caetés. Eu saí em 1952 e em 1979 eu voltei,



pela primeira vez. O primeiro bico de luz daquela região foi colocado quando o Arraes era governador. E eu me lembro da cena de uma tia minha que, quando acendeu o bico de luz, correu da cozinha por causa da claridade.

Ela estava acostumada, há 60 anos, na base do candeeiro, uma luz que não era das mais fortes. Ela tomou um susto e ficou fora até ir se adaptando com a claridade.

Quem participa desses projetos, sobretudo nas regiões mais pobres do país, sabe o benefício que significa um poste, um fio e uma luz.

Sabe o que significa a possibilidade de fazer uma casa de farinha, o que significa a possibilidade de colocar uma bomba para puxar água, o que significa a possibilidade de fazer uma máquina para fazer o farelo, para fazer moer o milho. É uma coisa de muita grandeza e, possivelmente, muita gente que more na cidade não tenha a clareza da importância de um bico de luz.

Nós estamos fazendo isso pensando numa perspectiva de cinco anos, pensando numa perspectiva de gastar por volta de 7 bilhões de reais, numa distribuição tripartite, porque entra um pouco do governo do estado, e um pouco dos governos municipais. Ou seja, dos 7 bilhões, 5 bilhões e 300 milhões de reais vêm do governo federal e o restante, 1 bilhão e 700 milhões de reais, serão complementados pelos governos estaduais e agentes do setor.

Portanto, a distribuição está feita de forma eqüitativa, dentro das possibilidades de gasto que os estados têm e que, hoje, não são muitas. Mas, de qualquer forma, a possibilidade de concretizar esse plano depende única e exclusivamente de nós.

Tem algumas coisas que não podem acontecer. Nenhum de nós pode ter a atitude pequena de entender que eu não posso fazer tal coisa porque vou favorecer tal político ou o governo federal; ou, o governo federal favorecer o governo estadual. Ou seja, nós não temos o direito de ser pequenos diante da magnitude desse projeto. Nós não temos que pensar em nós e nem na próxima eleição, nós temos que pensar na próxima geração do campo brasileiro e em



como ela vai ser.

Quais são as novidades que nós estamos apresentando neste projeto? Tem algumas novidades que eu acho importante todo mundo ter em conta. Primeiro, a instalação de energia elétrica para a família de baixa renda será gratuita, portanto, as pessoas pobres não vão pagar.

Segundo, será dada prioridade para a mão-de-obra local, buscando-se adquirir materiais e equipamentos nacionais, de preferência fabricados em regiões próximas às áreas atendidas. E, por último, os comitês gestores se encarregarão de acompanhar a execução do programa; esses comitês contarão com a participação do governo federal, dos governos estaduais, das prefeituras, de agentes do setor e representantes de cooperativas e comunidades.

Nós já tivemos a primeira inauguração, em que não pude estar presente, não sei se a Dilma esteve, mas eu, pelo menos, não pude ir. Talvez eu vá agora, em Novo Santo Antônio, no Piauí, acho que é no município de Nazaré, a primeira cidade em que foi inaugurado este projeto. Vocês não pensem que estamos fazendo no Piauí para privilegiar o Piauí. Quem conhece o Piauí sabe que o Piauí é um estado em que, durante muito tempo, coisas básicas foram deixadas de lado, e que é preciso começar de baixo para cima, tentar recuperar o tempo perdido. Mas nesse lugar que nós inauguramos e que o Wellington inaugurou sem a minha presença, esse novo Santo Antônio, apenas 8% dos domicílios têm luz elétrica.

Mas eu acho que está explicado o problema mostrado pela Dilma, por que a juventude não quer ficar no campo. Tentar convencer um jovem, uma menina de 17 ou 18 anos ou um rapaz de 17 ou 18 anos a ficar com a família no campo, vivendo à base de candeeiro, à base de vela, à base de lampião, sendo que a paixão das luzes da cidade mexe com a cabeça dele 24 horas por dia, – será uma guerra perdida se não cumprimos esse projeto.

Por isso eu quero, companheira Dilma Rousseff, do fundo do coração,



agradecer a rapidez com que você, junto com a sua equipe, junto com as pessoas que trabalham com você, elaborou esse projeto. E a rapidez com que você apresentou esse projeto para começar a ser executado. Isso demonstra claramente que, no Brasil, nós temos falta de muita coisa: nós temos falta de dinheiro, nós temos falta de infra-estrutura, mas o que não pode ter, em nenhum político, é a falta de vontade e a falta de disposição política de fazer as coisas. E você foi encontrar o dinheiro, que nem eu sabia que tinha, para dizer: nós temos o dinheiro, e vamos gastá-lo levando luz à casa de quem não tem luz.

Meus parabéns, Dilma, meus parabéns ao pessoal do seu Ministério.

Obrigado, governadores, e obrigado a todos vocês.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de recebimento do prêmio UNESCO na categoria Educação**

Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro

Brasília-DF, 19 de novembro de 2003

Quero agradecer ao nosso amigo Jorge Werthein, responsável pela Unesco no Brasil e dizer que este Prêmio, na verdade, está sendo entregue ao governo, mas o Cristovam sabe, eu sei, e penso que grande parte da população brasileira sabe, que o desafio que nós assumimos, de alfabetizar todos os brasileiros, é um desafio que precisa contar com a sociedade brasileira.

Nesses onze meses de governo, tenho tido oportunidade de conversar com muitos e muitos chefes de Estado. E eu sei que, muitas vezes, um dirigente político, um Presidente de um país assina um documento, junto com outros Presidentes, como foi assinado o documento “As Metas do Milênio” – que pretende acabar com a miséria no mundo em pelo menos 50% até 2015 – e nós ficamos vendo o que está acontecendo no Brasil e em outros países: muitas vezes as pessoas vão lá, assinam um documento e esquecem que o assinaram. De vez em quando se lembram, num evento, que assinaram um documento.

Esse desafio que está colocado para nós é o desafio de um conjunto de pessoas que acreditam que o ser humano é muito melhor do que a gente possa imaginar. E que a grande maioria dos seres humanos tem uma parte melhor do que outra. Muitas vezes o lado ruim prevalece, mas se nós desacreditarmos no ser humano e na possibilidade de fazer com que todos coloquem para fora aquele lado voluntário, como disse a Milu Vilela, aquele lado solidário, como disse o Bonner, eu acho que a vida não teria tanto sentido.



A gente vive acreditando nisso.

Eu fico feliz quando vejo uma menina como a Daiane chegar onde chegou. E muito mais feliz quando ouço a Daiane (nas suas palavras envergonhadas, ditas aqui) preocupada com outros meninos e meninas da idade dela e que, se tivessem a oportunidade que ela teve, possivelmente dariam um salto chamado “da Silva” também, não só “dos Santos”.

Fico feliz quando vejo meu amigo José Mindlin, aos 89 anos – idade que muitos de nós, Mindlin, pretendemos alcançar, se Deus permitir, com a sua força e com a sua disposição –, um homem que, efetivamente, tem prestado serviços extraordinários, não apenas na questão da cultura brasileira mas no setor empresarial brasileiro.

Quando eu vejo o Bonner ficar emocionado com o programa que fez e que não tinha consciência de que ia dar certo, como deu, é a demonstração mais viva de que nós sempre somos capazes de fazer mais e melhor do que a gente imagina que pode fazer. É só tentar.

Quando a gente vê uma mulher como a Milu, quando a gente vê uma figura como a Milu, que teria tudo para estar desfilando nas melhores cidades do mundo, gastando dinheiro, essa mulher, com a sua simplicidade, com a sua alma e o seu coração maior do que o corpo, tem dedicado grande parte da suas horas, dos seus minutos, para tentar prestar serviços a alguém que não teve oportunidade na vida. Obrigado, Milu.

Quando eu vejo o sobrinho do Sérgio Vieira de Mello vir aqui e chorar, eu acho importante um homem chorar porque todos nascemos aprendendo que homem não pode chorar, como se nós não produzíssemos lágrimas e se não tivéssemos sentimentos.

Realmente, eu confesso que tinha estado com o Sérgio Vieira de Mello duas vezes, mas só senti a grandeza do Sérgio Vieira de Mello no dia 23 de setembro, quando fui abrir o encontro das Nações Unidas. Vi quantos chefes de Estado vieram me cumprimentar pelo que representava o Sérgio nas



Nações Unidas.

Eu acho que grandes homens morrem, mas as idéias ficam perambulando pelo tempo e queira Deus que a grande maioria de todos nós pegue parte dessas idéias e sejamos todos, um dia, como Sérgio Vieira de Mello.

Realmente, o Hildebrando, que não pôde vir aqui, é uma figura fantástica; trocar Paris, para se dedicar à pesquisa em Porto Velho, demonstra que muito mais do que cientista, ele é uma grande alma e um brasileiro que merece o nosso mais profundo respeito.

Deixei de propósito as mulheres por último, porque foram as primeiras a serem premiadas com o programa Cemina. As mulheres estão ficando muito “desaforadas”, porque já são as rainhas da passarela, já estão ocupando muitos cargos na política, estão disputando passo a passo os cargos com os homens em tudo quanto é lugar e ainda ocupam o rádio, agora. Como é que nós ficamos? Daqui a pouco nós estaremos fazendo campanha, defendendo o direito das minorias, exigindo que vocês nos tratem melhor, porque senão a sociedade será muito desumana.

Além de repartir com o Cristovam, porque este Prêmio é de todos nós brasileiros, eu queria dizer que este Prêmio que o governo recebe por essa campanha de alfabetização, nós deveríamos dedicá-lo aos brasileiros que, no seu anonimato, estão contribuindo para que alguém seja alfabetizado neste país.

Ao mesmo tempo, quero dizer que este Prêmio pertence aos educadores brasileiros, ainda tão mal remunerados e tão dedicados à educação do nosso país.

Eu espero, Glória Maria, que vocês estejam todos aqui, no próximo ano. Jorge Wertheim, não precisa dar prêmio mas, a cada ano, quando você vier fazer o seu pronunciamento, faça questão de lembrar se nós estamos cumprindo as metas que assumimos como compromisso.



Nós não precisamos mais de prêmio, nós precisamos apenas fazer o que prometemos.

Muito obrigado.

/cms/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo governador Ronaldo Lessa

Maceió - AL, 20 de novembro de 2003

Realmente é uma alegria estar aqui, com os meus companheiros.

Embora o companheiro Ronaldo Lessa more em Alagoas e eu em Brasília, a verdade é que a distância não separa os compromissos que temos com o Brasil. Nós já estivemos juntos muitas vezes e, certamente, estaremos juntos novamente, porque somos jovens e ainda temos muito a dar por este país e pelo estado de Alagoas.

Quero cumprimentar os deputados estaduais, os deputados federais, os prefeitos e prefeitas. Aliás, acho que aqui tem mais prefeitas do que prefeitos.

Meu companheiro Roberto Amaral, ministro da Ciência e Tecnologia,
Nosso querido Jamil Haddad,

Carlos Wilson, nosso companheiro, que vai terminar este aeroporto e vai transformar o aeroporto de Maceió num dos mais bonitos deste país,

Companheira Benedita da Silva,

Nossa companheira Emília Fernandes e a companheira Matilde,

Quero cumprimentar os representantes do Poder Judiciário aqui presentes.

Eu não cumprimentei o Renan Calheiros. Não cumprimentar o senador que é o líder da base de sustentação é complicado. Quero cumprimentá-lo. Um cumprimento especial para o Renan.

Mas eu quero dizer para vocês apenas o seguinte: nós vamos agora a Paulo Afonso e, depois, vamos visitar o canal. O Lessa quer me levar lá, porque ele quer que eu assuma a responsabilidade pelo canal.

Eu acho que esse canal deve estar dentro do programa Pró-Água. E, certamente, o governo federal vai ter que arcar com as suas responsabilidades,



porque, se nós queremos resolver o problema do semi-árido nordestino, mexendo um pouco com a bacia do São Francisco e com a Bacia do Tocantins, vamos ter que aproveitar as coisas que estão sendo feitas e tentar terminá-las, até para que o Banco Mundial tenha a certeza de que pode financiar mais projetos, porque vamos executá-los.

Todo mundo sabe que, durante muito tempo, eu disse o seguinte: se eu não fizer pelo Nordeste o que o Nordeste espera há tantos anos, quem vai fazer?

Há um compromisso histórico na minha vida, um compromisso do meu Partido, um compromisso até programático de que o Nordeste não pode continuar a ser visto pelo restante do Brasil como a parte pobre do país.

Acho que temos que trabalhar com muito carinho e, tendo um governo federal que possui um projeto de política industrial claro e um projeto de desenvolvimento para o país, tudo ficará mais fácil porque, se nós deixarmos apenas por conta das possibilidades financeiras do orçamento estadual, nós sabemos que os estados não terão condições de fazê-lo.

Mais ainda: se permitirmos que a guerra fiscal continue neste país, será uma ilusão imaginar que com isso a gente vá gerar desenvolvimento porque, muitas vezes, não é apenas o terreno ou a isenção de impostos que faz o empresário decidir ir para esse ou para aquele estado. O que o faz decidir, na verdade, é a infra-estrutura de transporte dos seus produtos, a qualificação da mão-de-obra existente na região e, o mais importante, o mercado para consumo dos produtos. Isso é o que determina.

Mas, se você fizer um governo que estabeleça um planejamento para o país e, dentro desse planejamento, redefinir os planos estaduais e, depois, os setoriais, não precisará de guerra fiscal.

O governo, em função das necessidades de desenvolvimento de cada região do país, vai ter que aportar recursos. Por isso, eu fui ao Ceará relançar a



Sudene que, com todas as críticas que alguém queira fazer, é responsável por 60% do ICMS de todo o Nordeste brasileiro.

Então, nós queremos recuperar a Sudene e dar a ela a finalidade pela qual o nosso querido Celso Furtado a criou: ajudar o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, com projetos que possam atender às necessidades da região.

Eu acredito que a coisa está mais ou menos preparada para começar a acontecer. Este ano, por exemplo, Governador, muito pouco foi utilizado do Fundo Constitucional do Nordeste. Significa que muito antes de a gente ficar procurando onde é que existe dinheiro, nós precisamos incentivar os nossos empresários a fazerem projetos, porque se você tiver um bom projeto na mão, não faltará financiamento. Agora, se você não tiver um projeto e tentar fazer como, historicamente, sempre aconteceu neste país, quando as pessoas pegavam dinheiro para construir uma determinada fábrica, um determinado investimento de florestamento e, depois de 10, 15 anos, não existia nem a fábrica, nem o florestamento e muito menos o dinheiro, não haverá região que se desenvolva assim no mundo.

E foi pensando, sobretudo, no Nordeste que nós criamos o Ministério do Turismo, porque achamos que era inconcebível um país com um potencial turístico como o Brasil ter o Ministério do Turismo como apêndice do Ministério do Esporte. Da mesma forma que criamos o Ministério da Pesca, porque não é possível que um país com a costa marítima do Brasil – que possui 25% da água doce do mundo e grande parte dos rios piscosos – não tenha esse Ministério, que era um apêndice do Ministério da Agricultura.

Obviamente que, entre criar os Ministérios e eles começarem a produzir efeito, leva algum tempo. Nós estamos completando 11 meses de governo no dia 1º de dezembro. Se vocês quiserem saber a minha opinião, eu vou dizer que estou mais tranqüilo, mais otimista do que eu estava no dia 1º de janeiro, quando tomei posse na Presidência da República.



Primeiro, porque todo mundo tem consciência de como estava o Brasil quando nós assumimos. A verdade é que muitos de vocês, eu falo isso sem medo de errar, não acreditavam que nós pudéssemos chegar ao mês de novembro com a situação em que o país está.

O Brasil recuperou sua credibilidade externa, conseguiu projetar a inflação para o próximo ano em 6%, 6,5%, e conseguiu, depois de muitos anos, um superávit comercial que vai ultrapassar, se Deus quiser, os 23 bilhões de dólares, este ano. E vamos começar a trabalhar para aumentar mais ainda as exportações no ano que vem.

Faz muitos anos que o Brasil não tem superávit de conta corrente, desde 1993 ou 1994. Significa que, do ponto de vista da macroeconomia, as coisas estão mais ou menos encaminhadas. E, agora, nós precisamos dar o passo seguinte, que é fazer a economia brasileira voltar a crescer para gerar os empregos e a renda que nós queremos para o país. E isso, também, já começou a acontecer. Se vocês pegarem os indicadores, vão perceber que na área do comércio e em vários setores da indústria, a economia começou a se recuperar e a crescer. E eu estou certo, por todos as discussões e por todas os estudos que temos feito, de que o ano que vem será extremamente promissor para o Brasil.

Agora, para isso acontecer, nós tivemos que semear algumas coisas importantes. O primeiro passo foi recuperar a credibilidade do Mercosul. Todo mundo sabe que o Mercosul depende muito da economia do Brasil e da Argentina. Se a economia brasileira e argentina não vão bem, não tem Mercosul. Portanto, nós decidimos, no primeiro dia, da posse, torcer para que a Argentina elegeisse um Presidente que acreditasse no Mercosul. E, graças a Deus, o país elegeu o presidente Néstor Kirchner, um companheiro que tem trabalhado como se não houvesse fronteira entre Brasil e Argentina.

Depois, nós entendíamos que era preciso que os maiores países da América do Sul tivessem políticas para ajudar os países de economia menor,



porque senão esses países terão mais dificuldades em desenvolver-se. E o BNDES tem o papel importante de financiar projetos de desenvolvimento nos outros países do Mercosul.

Nós chegamos à conclusão de que era preciso juntar toda a América do Sul para fazer um Mercosul forte. E todo mundo sabe que política não se faz por computador, faz-se olhando no olho da pessoa, sentindo a química que existe entre o ser humano, para ganhar a confiabilidade dos seu interlocutor. Hoje, eu posso dizer para vocês que, em 500 anos de História, nunca houve a relação que existe agora entre o Brasil e os países da América do Sul. Se Deus quiser, num tempo bem curtinho, a gente vai ter todos os países da América do Sul participando do Mercosul, para não ficar apenas Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. O Peru já aderiu, a Venezuela está se preparando para aderir. Até dezembro nós vamos trazer os quatro países que compõem a Comunidade Andina, e depois vamos tentar trazer os outros, para formar um grande bloco econômico do nosso Continente.

Depois, nós decidimos que era preciso procurar alguns parceiros que tivessem similaridades com o Brasil. O mundo, hoje, é dividido assim: de um lado a União Européia com todo o seu potencial, agora mais importante, com a inclusão de outros dez países; sendo que parte do dinheiro da União Européia, que nós poderíamos pensar que viesse para o Brasil ou para a América do Sul, será utilizado para ajudar os países que antes pertenciam ao bloco comunista e que, agora, fazem parte da União Européia; e, do outro lado, temos os Estados Unidos, que, quando se trata de negociação, pensam mais neles do que nos outros.

Então, nós precisávamos encontrar parceiros. Criamos, primeiro, o G-3 com a África do Sul e Índia, que têm muita similaridade com o Brasil. Mas nós não estamos contentes com o G-3. Nós queremos criar o G-5, queremos incluir neste mesmo bloco a China e a Rússia, porque aí vamos criar um bloco que vai ter, praticamente, metade da Humanidade. E quando nós chegarmos à



Organização Mundial do Comércio teremos mais peso para exigir que a União Européia e os Estados Unidos mudem a sua visão comercial, abdicuem um pouco dos subsídios que eles dão para a sua agricultura, acabem com a cota do açúcar e da laranja. Porque não é possível que eles falem em liberdade comercial e produzam um litro de etanol do milho, gastando três quilos de milho, o que fica três vezes mais caro do que o álcool que nós produzimos da cana.

E, se é verdade que vai ser aprovado o Protocolo de Kioto e, daqui a algum tempo, o mundo vai ter que colocar 10% de etanol na gasolina, o Brasil estará pronto para vender etanol para o mundo inteiro, ajudando a diminuir a poluição do Planeta, porque temos tecnologia, temos terra, temos sol, temos água e, portanto, temos a mão-de-obra para fazer esse trabalho.

Então, nós adotamos a idéia básica de que se o mercado interno tem dificuldade para crescer, por conta de várias coisas que nós herdamos, não podemos ficar esperando. Vamos procurar parceiros. E construímos o G-22, que foi o maior acontecimento da relação comercial nos últimos anos. No G-22, o Brasil conseguiu juntar em torno da sua proposta 22 países.

E, agora, vamos dar um outro salto de qualidade. No dia 2 de dezembro estarei visitando o Líbano, a Síria, os Emirados Árabes. A Arábia Saudita vai ficar para outra data. Vamos ao Egito e à Líbia. E por que vamos lá? Vocês sabem qual foi a última autoridade brasileira que visitou o Líbano? Dom Pedro II. Foi o último governante brasileiro a visitar o país, que tem, no Brasil, o dobro da sua população. Então, por que nós vamos fazer isso? Porque acabou aquele tempo de a gente dizer: “O Brasil é um país de carnaval, de criança de rua, de mulher e de praia bonita”.

O Brasil será o celeiro do mundo. Não vamos ficar esperando as pessoas virem aqui descobrir o país, porque Cabral já fez isso, em 1500. Nós, agora, queremos descobrir parceiros para os nossos produtos, gente que seja parceiro para comprar e vender, para não ficar dependendo dos dois blocos



hegemônicos no mundo, hoje, que são a União Européia e os Estados Unidos.

Não queremos brigas nem com os europeus, nem com os Estados Unidos. Ainda estamos naquela fase do “Lulinha, paz e amor”. Portanto, é “Brasil, paz e amor”. O que nós queremos é dizer que nós existimos, que sabemos produzir, temos indústria, temos agricultura, temos tecnologia, temos mão-de-obra. Nós não queremos desrespeitar ninguém, mas queremos ser respeitados nos nossos direitos. O Brasil tem, portanto, que se impor.

E, para terminar, eu fiz a belíssima viagem à África, visitando São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Por quê? Porque é inconcebível que um país que queira ter importância no cenário mundial deixe de ter política internacional com o continente africano, que tem muito a ver com a nossa história. Não é apenas uma questão comercial. É uma dívida ética e cultural que o Brasil tem para com o continente africano e que nós temos que pagar.

Por isso é que estou otimista. Eu, na minha vida, nunca ganhei nada fácil. Eu perdi três eleições para Presidente da República e nunca ninguém me viu chorar por ter perdido. Quando eu perdia uma, levantava a cabeça e falava: deixe-me ver onde eu errei, para não errar na outra. Mas os adversários também pensavam e conseguiram me derrotar três vezes, imaginando que eu iria desistir.

Bem, graças a muita gente neste país, eu estou aqui hoje, tenho um mandato de quatro anos e, da mesma forma que Juscelino Kubitschek provou que era possível fazer 50 anos em cinco, com a construção de Brasília e da Belém-Brasília – eu não vou repetir o chavão do Juscelino, porque todos vocês conhecem – vou provar que é plenamente possível realizar as coisas neste país, não todas de uma vez, mas fazer muito do que poderia ter sido feito e que, irresponsavelmente, a elite brasileira não quis fazer.

Vamos fazer a reforma agrária, com o carinho com que precisa ser feita. Vamos fazer as reformas que têm que ser feitas. A previdenciária está pronta e



vai ser votada, se Deus quiser, no Senado, na semana que vem; na Câmara, logo, no segundo turno. Depois, vamos entrar com a reforma do Poder Judiciário. E ninguém precisa ficar zangado, porque ninguém quer tirar poder de juiz. O que nós queremos é apenas assegurar que todos nós sejamos iguais perante a lei. E se o Poder Executivo tem fiscalização e o Poder Legislativo tem fiscalização, por que o Poder Judiciário não pode ter o controle externo da sociedade, para que ele possa funcionar? Qual é o problema? Um juiz, um ministro, conhece mais leis do que nós que não somos juízes. Mas somos iguais. Portanto, precisamos ser tratados com o mesmo respeito. E nós queremos fazer isso para melhorar este país.

Vamos fazer a reforma trabalhista, a reforma na estrutura sindical, a reforma política, para acabar com esse negócio de a pessoa ser eleita com base em financiamento de empresário e, depois, ficar governando, no mandato, para esse empresário. O financiamento tem que ser público, para poder moralizar a administração pública. E essas coisas, nós vamos realizar no tempo certo, com o carinho certo.

O que eu queria pedir para vocês é o seguinte: não percam, em nenhum momento, a certeza de que este país será do tamanho da crença que vocês têm. Se vocês forem daqueles que ficam de cabeça baixa, achando que vai dar tudo errado, que não vai dar certo, as coisas não vão acontecer. Mas acontecerão, se vocês levantarem a cabeça e disserem: “Este país vai dar certo e ele vai crescer se eu acreditar que tenho alguma coisa para contribuir com este país.”

É com esse otimismo, meu companheiro Lessa, que eu quero governar este país por quatro anos, com a certeza que terei o apoio dos governadores, com a certeza que terei o apoio da sociedade brasileira, porque a única coisa que eu quero é que este país dê uma chance a si mesmo; a única coisa que eu quero é que este país dê uma chance à nossa juventude; a única coisa que eu quero é que este país recupere, em quatro anos, a dívida secular que nós



temos com esse povo, sobretudo na questão da educação, porque é inexplicável que um país que era a 8ª economia mundial ainda tenha 20% de analfabetos. Não é possível.

Nós assumimos o compromisso de alfabetizar, em quatro anos, os 20 milhões, e só vamos fazê-lo se vocês ajudarem. E vocês, nas entidades de que participam, podem dar uma contribuição enorme para alfabetizar as pessoas no estado de Alagoas.

Eu quero agradecer, Lessa, este almoço maravilhoso. Quero agradecer aos deputados, vereadores, prefeitos, porque, agora, eu e o Lessa vamos trabalhar. Vocês, agora, vão fazer uma sestazinha e nós, que fomos eleitos pelo povo para trabalhar, vamos trabalhar.

Muito obrigado, gente. Até outro dia, se Deus quiser.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia da Consciência Negra e lançamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Serra da Barriga-AL, 20 de novembro de 2003

Meus queridos companheiros, povo da querida União dos Palmares,
Povo do estado de Alagoas,
Meu querido governador Ronaldo Lessa,
Minha querida ministra Matilde Ribeiro, nossa secretária da Igualdade Racial,

Eu não vou citar todos os nomes aqui, porque já foram citados pelo governador do Estado, mas eu quero dizer que é com alegria que eu vejo os deputados federais presentes a este ato. Eu vejo prefeitos e prefeitas de várias cidades, aqui presentes. A minha querida companheira Benedita da Silva, nossa ministra da Assistência Social. A nossa companheira Emília Fernandes. O senador Renan Calheiros. Tantos companheiros, nós que há tantos anos nos encontramos pelas terras deste nosso querido Brasil. Nossa querida companheira Kátia, prefeita de Maceió. Nosso querido Bonfim.

Eu vou falar sobre Zumbi dos Palmares, porque o que estamos fazendo hoje é dar continuidade a um trabalho de conscientização da sociedade brasileira sobre a necessidade de passar para a cabeça e para a consciência do nosso povo alguns heróis que só serão heróis no dia em que a sociedade brasileira os assumir como tais. Durante muito tempo, muitos dos que um dia viriam a ser heróis do país foram tratados como se fossem marginais, como se fossem pessoas não gratas na sociedade brasileira.

Então, o trabalho de recuperação é um trabalho difícil. Não basta dar um grito, não basta fazer um discurso e não basta uma boa tese na universidade.



É preciso que as nossas crianças, na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio e na universidade aprendam a verdadeira história dos negros no nosso país. Quando isso acontecer, nós teremos uma nova geração que saberá dizer quem são os verdadeiros heróis do nosso país.

E Zumbi, não porque nós estamos aqui, mas pelo que ele simbolizou na luta contra a opressão neste país, certamente será um herói, tratado como herói. Não por nós apenas, mas por todas as crianças, os adolescentes, os adultos e os velhos deste país.

Esta é uma tarefa que não é pequena, é uma tarefa que vai depender muito do que nós fizermos daqui para a frente. Nós sabemos que este lugar será transformado num lugar sagrado, para recontar um pouco do que foi há 300 e poucos anos, e pode ficar certo, governador Lessa, minha companheira Matilde e companheiros que aqui participam do movimento de manutenção deste lugar extraordinário: o governo federal fará a sua parte para que Zumbi tenha o seu lugar de destaque neste estado de Alagoas.

Eu acredito mais na força da consciência. Ela se propaga, resiste, não se dobra. Mesmo presa atrás das grades, separada pelos oceanos, soterrada pelos séculos, sob a mira de um canhão, ela lateja, persiste e se impõe.

O ser humano nasce pela segunda vez na vida quando adquire consciência social, e renasce muito mais forte.

Eu costumo dizer que tenho duas datas de aniversário, mas pensando bem são três. Tem o dia em que eu nasci; o dia em que fui registrado; e o dia em que tomei consciência dos meus direitos e da necessidade de lutar pela conquista desses direitos. A consciência é como a gravidez: é um parto, e nem sempre sem dor. É bem verdade que muitos morreram depois que ela se instalou. Zumbi foi um deles, foi degolado e salgado num 20 de novembro como esse, há 308 anos. Mas sua consciência sobreviveu, percorreu três séculos e hoje está aqui lavando, outra vez, a nossa consciência e nos enchendo de vontade de lutar, como ele lutou, por liberdade e democracia. E é



por ela que nós nos reunimos hoje nesta Serra da Barriga, onde existiu o Quilombo dos Palmares, para homenageá-la, e não à cobiça dos algozes.

É difícil abandonar a própria consciência depois que ela se instala, porque ela cresce, invade cada célula do corpo, questiona cada certeza. Ativa a nossa mente com respostas cada vez mais claras, até que um dia irrompe e vem à luz. E o nosso olhar sobre o mundo nunca mais será o mesmo.

Por isso, esse Dia Nacional da Consciência Negra é também um chamamento à consciência social brasileira. Está na hora deste país encarar uma verdade disfarçada há quatro séculos: quem paga a principal conta da desigualdade neste país é a mulher negra, o homem negro, o idoso negro, o jovem negro, a criança negra.

Quando o Brasil aboliu a escravidão, em maio de 1888, restavam 5% de escravos na população. Hoje temos 1/3 de brasileiros vivendo na exclusão social. Portanto, a consciência nacional tem que ser tão forte, talvez até mais forte, do que aquela que animou Palmares a resistir, durante quase um século, contra os que pretendiam destruir a sua vida e o seu sonho de liberdade e justiça.

No Brasil colonial havia escravidão porque havia desigualdade, os homens não eram iguais perante a lei. Mais do que isso, os escravos eram tratados como animais ou como simples mercadoria.

No Brasil do século XXI há exclusão porque continua a haver desigualdade; hoje, os homens são iguais perante a lei, mas não têm oportunidades iguais. Os direitos republicanos são monopólio de uma parte da população, como se, na prática, o Brasil fosse uma República branca, ainda que 46% de seu povo seja negro.

Um milhão e 700 mil brasileiros mais ricos têm a mesma renda destinada à soma de 85 milhões de pobres. Vocês sabem tanto quanto eu: entre os ricos há poucos negros mas, entre os pobres, eles são maioria. De cada dez pobres, seis são negros e apenas 22% são brancos. Entre os



empresários, 22% são negros; a mortalidade infantil, meu caro Governador, é 60% superior entre as crianças negras.

E mais: somente 20% do crédito à agricultura familiar vão para os negros. Se acrescentarmos à cor a discriminação de gênero veremos que recai sobre a mulher negra a síntese das perversidades nacionais. Uma negra, pobre, nordestina, moradora da área rural não consegue ganhar, em média, mais que 1/3 do que ganha um cidadão ou uma cidadã branca. É quase uma servidão, para não falarmos em escravidão.

É preciso que, dentro do Estado brasileiro, a voz da mulher negra seja ouvida para dizer a cada ministro, a cada economista, a cada decisão orçamentária, ao Vice-Presidente da República, ao Presidente da República: eu sou gente, eu tenho direitos e quero a minha dignidade.

Foi por isso que nós criamos a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR, para que ela seja, dentro do governo, o grito dessa mulher negra e a voz altiva da metade negra da nossa população. É como diz a ministra Matilde Ribeiro: a metade negra do nosso povo é a metade pobre do Brasil, é a metade discriminada, é a metade esquecida, é a metade que, há quatro séculos, o Estado brasileiro finge que não vê.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Foram 350 anos de senzala e pelourinho. Para cada um mês da nossa história, três semanas foram vividas sob a chibata do feitor. Os senhores coloniais importaram quase oito milhões de negros africanos e só a metade chegou viva aqui. Na lida do engenho, a vida útil de um escravo era moída entre cinco e oito anos.

A escravidão brasileira foi responsável por 40% de todo o tráfico feito no mundo. Hoje, somos a segunda maior nação negra do Planeta, só menor do que a Nigéria.



A composição africana do nosso povo enriqueceu o Brasil, seja no trabalho, na língua, na fé, na cultura, na espontaneidade, na alegria de viver, na criatividade, na beleza, nas mais variadas manifestações do espírito humano. Mas essa riqueza étnica carrega um passivo social ainda não pago e que persiste na forma da pobreza e do preconceito.

A Lei Áurea abriu a porta da senzala mas escondeu a chave da cidadania. A Abolição colocou 700 mil pessoas na rua, sem casa, sem emprego, sem comida, sem oportunidades; seria o equivalente, hoje, a 8 milhões e 500 mil pessoas. A liberdade veio junto com a exclusão e assim persiste até os nossos dias.

Essa desigualdade secular trava o desenvolvimento; concentra riquezas e oportunidades nas mesmas mãos e condena o país a viver o seu potencial pela metade. Por isso, a promoção da igualdade racial não é apenas um compromisso ético, mas é também uma diretriz política e econômica de desenvolvimento.

Cabe à SEPPIR coordenar esse desafio no governo federal e interagir com os governos estaduais e municipais para que o Brasil, finalmente, possa inscrever o combate à discriminação no pacto federativo nacional, somando ações de diversos organismos, em especial a Fundação Palmares, voltada ao fomento da cultura negra.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial que lançamos hoje é uma delas. Trata-se da garantia de direitos, visando a inclusão social. Para isso é necessária uma estreita colaboração entre as três esferas de governo: o federal, através da SEPPIR – em conjunto com outros organismos, os governos estaduais e as autoridades municipais. Em outras palavras, é preciso que a promoção da igualdade racial inscreva-se como um dos alicerces do pacto federativo brasileiro.

Quero anunciar, também, as novas regras para agilizar a regularização das terras remanescentes de quilombos, expressas em um novo decreto que



tem caráter fundiário, indicando também o compromisso de fortalecimento da identidade, da cultura, da história e dos territórios negros neste país.

O Brasil tem mapeados 743 remanescentes de quilombos; as projeções indicam que há muito mais, mas apenas 36 tiveram sua área titulada até agora.

Para a população negra, o quilombo representa a conquista da liberdade, como representou na época da escravidão. Ele é o símbolo de uma transição entre duas eras. O fato de ainda não terem sido regularizados até hoje, 115 anos após a abolição, diz muito sobre a inércia branca que sempre comandou a vida política nacional. Nosso governo já decidiu que será feito um censo quilombola em todo o território nacional.

Sabemos, porém, que não basta apenas regularizar a posse. É necessário apoio financeiro, assistência técnica, educacional e social. E isso já vem sendo feito em pelo menos 150 quilombos pelo programa Fome Zero, como também por meio de uma política integrada de governo, abrangendo assistência técnica, extensão rural, o Plano Nacional da Reforma Agrária, a educação, com o programa Brasil Alfabetizado, e a saúde, entre outras áreas.

É preciso sublinhar que um forte elemento de cidadania e justiça social é o acesso à educação. Já instituímos o ensino da história da África e da população negra nas nossas escolas. E vamos decidir sobre as cotas para negros nas universidades, mantendo firme diálogo com as instituições de ensino e o conjunto das organizações da sociedade civil.

Meus companheiros e minhas companheiras.

Ser negro na sociedade mais desigual do Planeta significa acumular todos os desafios históricos da luta contra a exclusão. Mas, o mais urgente de todos eles é justamente adquirir a consciência dos seus direitos.

Um levantamento do IBGE demonstra que apenas 6,5% dos brasileiros se reconhecem negros. Não há sintoma mais dramático de racismo numa sociedade do que induzir um homem e uma mulher a negarem a sua própria identidade.



Enquanto persistirem injustiças que levem alguém a preferir a invisibilidade a admitir sua origem, o Brasil não conseguirá erguer-se como nação forte e soberana.

Vencer a desigualdade racial é, também, lutar por soberania. Não a soberania baseada na dominação de um povo sobre o outro, mas aquela baseada no estreitamento de relações comerciais, políticas e culturais com aqueles povos e continentes que aspiram, como nós, a um futuro de independência e dignidade.

Sinto-me de alma lavada por ter sido o Presidente da República que, no primeiro ano de mandato, decidi saldar uma dívida antiga do Brasil: acabamos de percorrer uma parte do imenso continente africano para dizer e ouvir, em cinco países: somos irmãos, somos parceiros, temos desafios comuns, temos lições a trocar. Vamos caminhar juntos. Vamos acelerar o nosso passo, conscientes de que não é possível superar, em quatro anos, o que se estabeleceu em quatro séculos nos dois continentes.

Mas essa é a verdadeira globalização humanitária, essa é uma forma de desenvolvimento pela qual vale a pena viver e lutar, aquela na qual a cor de um ser humano não define o seu caráter, a sua inteligência, os seus sentimentos e a sua capacidade, mas apenas expressa a maravilhosa diversidade racial e cultural da qual somos feitos.

Por isso eu quero terminar dizendo: Viva Zumbi! Viva Palmares! Viva a igualdade entre os povos do mundo e do Brasil!

Muito obrigado.

/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Parque da Cidade – Brasília-DF, 21 de novembro de 2003

Meus companheiros,
Minhas companheiras,
Companheiros do Movimento,
Ministros,
Deputados,
Nosso querido dom Tomás Balduino,
Companheiros de todos os movimentos que estão aqui representados,

Primeiro, quero dizer a vocês porque eu tomei a decisão de vir aqui. Eu tomei a decisão porque não seria justo que eu, que historicamente participei de quase todos os encontros que o Movimento pela Reforma Agrária fez no país, deixasse de participar porque sou Presidente da República.

Eu vim aqui para dizer a vocês que mudou a minha condição. Antes, eu era um candidato a Presidente da República pela oposição, que acreditava em muitas coisas. Eu fui eleito Presidente para cumprir as muitas coisas em que eu acreditava e que defendi a vida inteira.

Mas eu não posso me conformar que uma “menininha desaforada”, como disse dom Tomás Balduino, depois do sacrifício que estou fazendo para emagrecer, me chame de “o gordo”. Não é possível. Se ela soubesse o quanto é difícil a gente perder um quilo depois que a gente engorda, ela falaria: “O Presidente está até magrinho”. Você, quando voltar para a sua terra, vai ter que dizer: “Eu encontrei o presidente Lula e ele está tão magro que eu quase não o reconheci”.



Mas, companheiros e companheiras, eu penso que cada um de vocês, que ao longo desses últimos anos, tem dedicado parte da vida para lutar, neste país, por justiça social, em todos os movimentos, seja na luta pela reforma agrária, seja na luta por uma casa para morar, seja na luta por melhoria da saúde ou pela educação, tem a clareza de que nem sempre as coisas são tão fáceis como nós gostaríamos que fossem.

Nesses onze meses de governo – e eu queria dizer aos companheiros que falaram, aqui, pelo Movimento, que o Palocci não tem culpa. Graças a Deus a gente tem o Palocci no Ministério da Fazenda, porque a decisão nunca é do Palocci, a decisão é do governo. Muitas vezes, num simples sindicato – e aqui deve ter muitos dirigentes sindicais –, no MST, na CUT, muitas vezes o Presidente quer fazer algumas coisas e é o tesoureiro quem diz para ele: “Não vai fazer, porque não dá.” Isso acontece no governo e a política é determinada pelo conjunto do governo.

E vocês, que são dirigentes, sabem como foi este ano, para que a gente não permitisse que acontecesse, neste país, o que muitos adversários gostariam. Quando tomamos posse, no dia 1º de janeiro, não faltavam especuladores opositoristas para dizer que nós não daríamos conta de governar este país, que este país iria quebrar. Não faltavam aqueles que não deixassem de dizer que o Brasil não tinha credibilidade para financiar as suas exportações, que não havia crédito, que a inflação prevista era de 40% para os próximos 12 anos, e que nós não iríamos conseguir dominar a famosa rédea do mercado. Foi preciso sempre muito cautela, e a minha vida tem sido pautada por isso.

Quando fui eleito pelo Sindicato, em 1975, os velhos militantes de esquerda, da época, diziam para mim: “Não entre no Sindicato, porque você não vai conseguir fazer nada. A estrutura sindical é cópia fiel da “Carta di Lavoro” de Mussolini, e você vai virar um pelego.” Em três anos nós mudamos a história do sindicalismo brasileiro. Da mesma forma que não faltaram, no



Brasil, aqueles que dissessem: é humanamente impossível criar um partido político nos moldes do PT. E, 20 anos depois, nós temos o mais importante partido político da América Latina.

Da mesma forma que não faltaram aqueles para dizer: este Lula, ele não fala nem inglês, como é que ele quer ser Presidente da República e viajar ao mundo para conversar com Bush e não sei com quem? E eu, na paciência que Deus me deu, dizia: muito mais do que falar uma língua estrangeira, para defender os interesses deste país, o Presidente tem que ter caráter e compromisso com o seu povo, porque é isto que determina a ação política do Presidente da República.

E, hoje, meus companheiros dirigentes, estou aqui porque conseguimos, em onze meses, o que pouca gente neste mundo acreditava que fosse possível fazer. Hoje, meu companheiro Mané, companheiros João Pedro e Marinho, a América do Sul tem um projeto porque nós ajudamos a construir. Não porque o Brasil quer ter uma relação hegemônica com qualquer país. O Brasil quer ter uma relação de parceria, respeitando aqueles que têm a economia mais fraca do que a nossa, sendo solidário e contribuindo até para fazer investimentos naqueles países.

Foi com essa atitude que nós não permitimos que eles fizessem com o presidente da Venezuela, o companheiro Chávez, o que eles queriam fazer. Porque a campanha contra o Chávez começou quando ele mexeu em duas coisas: na questão da reforma agrária e da pesca, proibindo os barcos de arrastão. Foi quando começou a grande campanha.

Nós não nos metemos na política de outro país. Mas eu tive o prazer e a felicidade de, ainda em janeiro, encontrar muitos Presidentes da América do Sul, na posse do presidente Gutiérrez, no Equador. E, lá, criamos o Grupo dos Amigos. O companheiro Chávez não queria que os Estados Unidos participassem. E eu dizia: Chávez, não podem ser apenas os seus amigos. É preciso que a gente coloque, juntos, aqueles que estão tentando contrariar o



que você está fazendo. Isso é uma negociação.

E, hoje, eu posso dizer a vocês: o Clube dos Amigos, do qual o Brasil foi o autor da idéia, é responsável pela tranquilidade política em que vive a Venezuela e, até, pela tranquilidade política do *referendum*, se é que a oposição vai conseguir as assinaturas.

Mas, nesse mesmo período era preciso construir uma proposta sólida, uma alternativa para a chamada globalização, as negociações na Organização Mundial do Comércio, porque cada país tentava encontrar, sozinho, uma saída. Nós temos, de um lado, a Comunidade Econômica Européia, que tem um poder extraordinariamente grande, do ponto de vista econômico e tecnológico. Do outro lado temos os Estados Unidos e nós começamos a pensar: onde é que nós ficamos? Não adianta viajar pelo mundo, reconhecendo que no Brasil tem criança passando fome. Não adianta viajar pelo mundo dizendo que no Brasil tem miséria, porque eles estão pensando é nas suas economias e nos seus países, não estão pensando se crianças estão morrendo de fome aqui.

Foi aí, meus companheiros, que nós começamos a pensar, e essa é uma lição que eu trouxe do movimento sindical: se separados a gente tem poucas chances, por que não nos juntamos com aqueles que pensam igual a nós e que têm força similar à nossa? Depois de recomposta a América do Sul, criamos o G-3: África do Sul, Brasil e Índia, o que já é um passo excepcional, mas queremos mais. Queremos a África do Sul, Índia, China e Rússia, para que a gente tenha, num bloco, mais o G-20, mais da metade da população mundial. Não para afrontar os Estados Unidos ou a União Européia, com os quais temos grandes relações comerciais. Apenas para dizer: nós queremos um comércio exterior igualitário, um comércio em que sejamos tratados em igualdade de condições, em que os países ricos não subsidiem a sua agricultura e impeçam a nossa de chegar lá.

Nós não queremos afrontar ninguém, apenas ser respeitados. E eu faço questão de dizer: respeito é bom, eu dou e gosto de receber. E é por isso que



nós estamos construindo uma força política alternativa.

Mas as coisas não acontecem como um passe de mágica, não basta querer para acontecer. Às vezes, um processo de negociação demora meses e até anos. Esses dias, eu disse a um grupo de companheiros, quando estávamos discutindo uma saída da Bolívia para o Pacífico, porque isso gera conflito desde o século XVIII: não é possível que a gente não tenha uma evolução política e seja dirigente do século XXI deixando de fazer política por causa do que aconteceu no século XVIII. É preciso construir uma saída para isso. E vamos construir, com muita paciência, com muita tranqüilidade, com muita conversa porque, senão, a gente não consegue dar os passos necessários.

Quando eu falo de equilíbrio, meus companheiros – eu contei uma história no Congresso da CUT, sobre aqueles que não têm paciência. É como se, na saída de uma partida de futebol, todo mundo achasse que tinha de fazer um gol nos primeiros cinco segundos. Às vezes, passam os 90 minutos e não se consegue fazer um gol porque do outro lado tem adversário, tem goleiro, tem beque central para impedir o gol.

Muitas vezes a gente morre afogado pela nossa pressa. Se o ser humano tivesse controle psicológico quando caísse na água, se ele parasse de respirar ou controlasse a respiração, e se ele não se debatesse muito, não morreria afogado, ficaria boiando o tempo que quisesse. Nós morreremos porque, às vezes, começamos a gritar, de forma apavorada, a beber água e a ficar cansados e, aí, dali a pouco, afundamos.

No governo, a gente tem que medir cada passo, porque um passo errado significa uma volta atrás. E uma volta atrás significa fazer sofrer aqueles que já sofrem neste país. Este país, meus companheiros, durante muitos e muitos anos, foi pego de sobressalto, com planos mirabolantes: “Agora vai dar”, e todo mundo entrava em festa. “Agora vai ser para valer”, e todo mundo ficava feliz. E, seis meses depois, “a vaca ia para o brejo” e o povo ficava com o



prejuízo, porque, em todos os “milagres”, sobrou prejuízo nas costas do trabalhador.

Agora mesmo tem um saldo do Plano Real para nós pagarmos, de quase 14 bilhões de reais para os aposentados, só que não temos dinheiro no Orçamento. Então, é preciso que a gente não perca nunca a paciência. Eu estou aprendendo, nesta vida, a ter paciência, a contar até dez, a saber que, se eu não posso dar um passo grande, eu dou um passo milimétrico, mas eu tenho que dá-lo para a frente e nunca para trás.

E eu tenho dito isso para todo mundo, para aqueles que tiveram pressa, para aqueles que não sabem esperar e para aqueles que acham que a gente poderia fazer as coisas num toque de magia. Porque nós estamos aqui, reunidos, mas tem gente que não gosta que estejamos aqui, reunidos.

Vocês viram a confusão que deu quando eu coloquei o chapéu dos sem-terra na cabeça, como se fosse a primeira vez na vida. Eu coloco o chapéu dos sem-terra na cabeça, da Contag, da CUT, de todos os movimentos, pelo menos há 20 anos, não é de agora.

E eu tenho dito que nós iremos fazer a reforma agrária. Podem ter certeza disso, podem ter certeza de que ela vai ser feita com a objetividade necessária, mas dentro das possibilidades em que a gente consiga fazê-la, dando prioridade àqueles que estão mais necessitados.

Hoje, quem anda pelo Nordeste – a Contag sabe disso, o João Pedro sabe disso, o MST sabe disso – sabe que o problema não é apenas assentar, porque essa experiência de colocar miseráveis num canto e em outro já foi feita, muitas vezes, no Brasil.

Em contrapartida, a gente tem milhares de famílias que já têm um pedacinho de terra, mas, quando nós liberamos, João Pedro, o maior crédito do Pronaf da História deste país, quatro meses depois o companheiro Presidente do Banco do Brasil me procurou, depois de um telefonema do Marinho, e me disse: “Companheiro Lula, a verdade é que, pelo Brasil afora, tem muitos



gerentes que perderam a prática de trabalhar com agricultura familiar ou com o pequeno produtor.” Eles não têm mais o hábito de atender porque só atendiam os grandes. E nós decidimos: é preciso reeducá-los, porque nós queremos liberar até o limite, que é junho, se não me falha a memória, os 5 bilhões e 400 milhões que foram depositados para ajudar a reforma agrária.

Mas é um trabalho mais duro tentar organizar os trabalhadores em cooperativas. Porque os trabalhadores não podem ficar trabalhando a vida inteira no cabo da enxada. É preciso levar tecnologia para o campo, criar uma combinação, que é um dos meus sonhos e eu acho que é o sonho de vocês: a combinação da produção, da industrialização e da comercialização.

A cultura da subsistência é necessária. Mas nós precisamos ensinar o povo a produzir com mais qualidade, a vender um pouco e ganhar um pouco de dinheiro, para que possa comprar as coisas de que necessita.

Nós, agora, temos que começar a discutir, nos assentamentos, que tipo de casa nós vamos fazer. É possível construir um novo modelo de escola, um novo modelo de saúde, para as crianças estarem perto, para terem como brincar. Eu não quero repetir as mesmices que já foram feitas neste país, eu quero fazer melhor, com mais tranquilidade.

E podem ter certeza, meus companheiros, não é porque eu estou aqui. Ontem, não tinha nem televisão. Eu fui a Alagoas, onde fui visitar o Canal do Sertão e, chegando lá, tinha 30 prefeitos. E eu fiz questão de dizer para eles: primeiro, eu vou cumprimentar os companheiros sem-terra que estão ali, distantes de mim.

Podem ter certeza de uma coisa: a minha consciência não foi forjada do dia para a noite. A minha consciência foi forjada em muitos anos, depois de muito apanhar neste país. E, para mim, a palavra, como disse o João Pedro Stédile, vale mais do que um documento escrito. A palavra vale muito e, junto com a palavra, a história.

Eu fui visitar aqueles sem-terra, como estou aqui, hoje, para dizer a



vocês: Eu sou Presidente da República só por quatro anos, mas quero morrer defendendo a reforma agrária neste país, sendo ou não governo. E a reforma agrária não é incompatível com a produção empresarial. O Brasil precisa das duas, o que não pode é uma ter privilégio, é preciso dar garantia para que os pequenos possam produzir, viver dignamente, viver bem e criar os seus filhos com honradez.

Nós fomos naquele assentamento Itamarati e vimos que, às vezes, as crianças têm que andar uma hora para ir à escola. Se a gente tivesse construído um núcleo habitacional, uma agrovila, como se chamava na década de 60, a gente teria ali uma boa escola, um bom posto médico, quem sabe até o campo de futebol para o pessoal jogar “pelada”.

O que quero dizer para vocês, meus companheiros, é que tenham a certeza, a clareza de que este companheiro que, hoje, é Presidente da República, viveu 56 anos sem ser Presidente e vai viver, se Deus quiser – apesar da Isabel ter me chamado de gordinho – mais uns 20, depois que deixar a Presidência. E, se Deus quiser, pretendo morrer defendendo as coisas em que acredito para que este país seja, efetivamente, soberano; para que este país tenha no seu povo a mola-mestra das conquistas que precisa ter, inclusive, no âmbito internacional.

Hoje, foi com alegria que eu vi o meu ministro Celso Amorim fazendo aquilo que nós sonhávamos: fazer na Alca apenas aquilo que é possível, e o restante vamos brigar no OMC. As coisas que nos interessam, vamos lá, onde tivermos que brigar. Não queremos impedir nenhum país de negociar, cada um negocia o que quiser. Nós queremos defender a nossa agricultura, a nossa indústria, e queremos que o nosso país seja tratado pela sua grandeza, pelo seu povo, e não apenas do ponto de vista comercial. Isso é muito importante que vocês levem em conta, porque a luta não é só do governo, a luta é da sociedade brasileira.

Companheiros, eu quero dizer mais duas coisas. O companheiro Miguel



Rossetto falou: nós vamos começar, o trem vai ser colocado nos trilhos, vai depender da quantidade de carvão que a gente possa colocar na máquina para fazer mais fumaça e para andar mais rápido e em menor tempo. A gente vai fazer e quer fazer em parceria com vocês.

E eu quero, aqui, dizer que o companheiro Plínio prestou um grande serviço quando o companheiro Miguel Rossetto o contratou para fazer o estudo, e nós não somos obrigados a concordar com números. Eu quero dizer ao Miguel Rossetto que, se depender de mim, este fórum pela reforma agrária tem que participar ativamente de toda discussão que a gente fizer, porque a reforma agrária não é para mim, a reforma agrária não é para o Rossetto, a reforma agrária é para vocês que a vida inteira lutaram por isso.

Queremos ter lealdade com o Movimento para dizer não, quando for necessário, e dizer sim, quando for preciso. Porque o verdadeiro amigo não é apenas aquele que vai empurrando. O verdadeiro amigo, de vez em quando, pega no paletó, puxa e fala: companheiro, não vai, não, que é “gelada”! Essa lealdade eu não quero perder com vocês, porque se eu comecei a minha vida política olhando cada mulher e cada criança no olho, podem estar certos de que eu quero sair da Presidência da República olhando cada um de vocês no olho e dizendo a todos: meus companheiros, é possível que eu não tenha feito tudo que vocês queriam, que eu não tenha feito tudo que eu sonhava, mas podem ficar certos de que eu fiz o que era possível fazer, e fiz com a maior lealdade que um ser humano pode ter pelo outro. Alguns virão ao encontro de vocês e nunca mais vocês irão vê-los. A mim, vocês vão ver, porque eu tenho dito: no movimento sindical eu nasci, no movimento pretendo morrer, participando.

Governar este país é um eterno movimento, um movimento maior, que envolve mais personalidades, que exige conversar com outros dirigentes, com outros Presidentes, exige fazer os ministros viajarem. Nós vamos fazer, podem ficar certos. Eu não estou Presidente da República por acaso, ninguém disse:



“Lula, vai lá e seja candidato”. Eu fui teimoso, fui tihoso e o Partido aceitou a minha teimosia. Perdi três eleições. Muitos, no meu lugar, teriam se recolhido e ficado chorando as lágrimas da derrota. Eu, não. Eu falei: quanto mais a gente perder, mais a gente tem que levantar a cabeça. E, hoje, eu estou Presidente da República, e não esqueço, meus companheiros, nenhum compromisso meu. Mas, de vez em quando, numa estrada – e vocês conhecem isso muito bem – a gente tem que fazer atalho, e às vezes o atalho é mais longo, e nem sempre o caminho menor é o mais seguro para a gente fazer as coisas. Eu tenho certeza de que o Brasil espera que eu faça as coisas certas, eu tenho consciência de que não posso errar, porque se eu errar, eu sei o preço que este país vai pagar, e sei o quanto vai demorar para a gente reconquistar o espaço que conquistamos nas eleições de 2003.

Portanto, podem ficar tranquilos, nós vamos garantir a estabilidade neste país, porque sem isso, tudo o mais será impossível. E nós vamos fazer uma reforma agrária com a tranqüilidade que um governo comprometido pode fazer, e é possível fazer.

Eu quero pedir àqueles que têm mais pressa, que são mais nervosos que, se um dia tiverem que me julgar pela nossa relação de amizade, eu peço que deixem para me julgar no final do meu governo. Não julguem precipitadamente, porque a gente pode cometer erros ou precipitação.

Meus companheiros, vir, aqui, com vocês, foi como ir pela primeira vez, à campanha de 1989, olhar cada companheiro, cada mulher, e dizer, antes de qualquer coisa: nós somos irmãos, temos objetivos comuns e, se Deus quiser, com este país inteiro junto, todos os segmentos da sociedade, haveremos de construir o Brasil que vocês sonham, que eu sonho e que outros milhões de brasileiros sonham. E ele só será possível se tivermos habilidade política. Se a gente achar que afrontando um a gente vai ganhar, a gente poderá perder.

Eu vim, agora, de Angola, meus companheiros, onde as pessoas passaram anos lutando pela independência. E quando conquistaram a



independência, em 1975, começaram a lutar em disputas internas pelo poder, desde 1975 até o ano passado. É um país com a economia debilitada, porque não houve alguém que dissesse: gente, nós já tiramos os portugueses, agora vamos nos acertar, a África é nossa. Ninguém sozinho consegue exercer o poder. O que houve foi uma disputa sangrenta. Só para vocês terem idéia, hoje, na África, em Angola, há uma estimativa de 40 milhões de minas espalhadas pelo país, e é por isso que existe uma concentração de crianças sem pernas, sem braços e de pessoas mutiladas. Nós, aqui, já temos experiência, cada companheiro do meu lado, do Ministério, e entre vocês tem alguns de tarimba nas costas.

O que o povo está esperando de nós é o seguinte: façam o que têm que fazer, mas façam com juízo, porque senão quem perde é a parte mais humilde da população.

Muito obrigado, meus companheiros. Vamos lutar, vamos trabalhar, porque haveremos de mudar este nosso querido país.

/mcpro/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca
Centro de Treinamento da CNTI – Luziânia-GO, 25 de novembro de 2003**

Excelentíssimo senhor governador do estado de Goiás, Marconi Perillo,
Excelentíssimo companheiro José Fritsch, secretário especial de
Aqüicultura e Pesca,

Meu querido companheiro Jaques Wagner, ministro do Trabalho,

Demais ministros aqui presentes,

Senhor Delfino Clécio Machado, prefeito de Luziânia,

Senhor Aprígio Guimarães, secretário para assuntos do Trabalho e da
Previdência Social da CNTI,

Deputado Célio Silveira, presidente da Assembléia Legislativa do estado
de Goiás,

Senhores deputados federais,

Meus queridos representantes das entidades patrocinadoras da
Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca,

Senhores membros de grupos de trabalho,

Senhores representantes do setor de aqüicultura e pesca,

Meus companheiros pescadores, dirigentes de cooperativas,

Demais entidades que estão contribuindo para o sucesso deste
encontro,

Prefeitos aqui presentes,

Eu estou vendo aqui o prefeito de Cabedelo, o companheiro Júnior,

Estou vendo aqui nosso companheiro, o prefeito de Capuí.

Em agosto de 2002, eu ainda não sabia se seria eleito Presidente da
República, o Fritsch não sabia se seria ministro e, portanto, não sabíamos que



em novembro de 2003 estaríamos aqui.

Eu tive a oportunidade de fazer uma viagem de barco no Rio de Janeiro, eu, a Benedita e alguns deputados nossos, e finalizamos a viagem num terminal de pescadores no Rio de Janeiro, onde eu li uma carta. A carta que eu li no Rio de Janeiro, assumindo alguns compromissos, é de antes da minha ida ao Rio, é de um encontro do qual participei em Itajaí. Nosso querido companheiro Volnei, nosso deputado, presidente da Assembléia do Estado, me convidou para ir a um congresso de pescadores em Itajaí. Lá, eu recebi a primeira pauta dos pescadores e, com isso, conseguimos produzir o documento que eu li no Rio de Janeiro.

Antes de eu ler o meu pronunciamento, quero dizer à companheira Sônia que eu não tenho dúvida de que alguém que consegue organizar uma conferência no coração do Brasil, trazendo gente simples de todo o território nacional para Luziânia, para a sede da CNTI, certamente terá a mesma capacidade de fazer com que daqui saiam grandes decisões que possam nortear a atuação do nosso querido Ministro e a atuação do nosso governo.

Não há nenhuma vergonha e não existe nada de errado quando o governo, que não tem obrigação de saber de tudo, não souber. Ao invés de fazer errado, como historicamente foi feito neste país, é melhor consultar aqueles que sabem.

A gente tem que ter a humildade de chamar aqui aqueles que sabem, aqueles que estão nisso há trinta, quarenta anos, aqueles que dedicaram parte da sua adolescência, parte dos melhores anos da sua vida tentando encontrar na pesca o sustento da sua família e que, possivelmente, têm muito mais conhecimento do que este país pode ganhar com a pesca do que qualquer especialista, qualquer engenheiro, qualquer doutor formado nas melhores universidades deste país.

Eu me lembro que na campanha de 1994, o companheiro Antônio Grassi, presidente da Funarte, no intervalo entre uma novela da Globo e outra,



fazia campanha comigo e, de repente, começou a me chamar de pescador; ele me encontrava e gritava: “pescador, ô pescador”, por uma historinha que eu contava.

Eu aprendi essa história com o companheiro Bisol. Ele conta uma história que um dia um doutor entrou num barco e perguntou para o pescador se ele sabia o que era filosofia. E o pescador não tinha a menor idéia do que era filosofia. Depois, ele fez mais umas três, quatro perguntas difíceis para o pescador e o pescador não sabia nenhuma. Ele falou, então: “Você é muito ignorante, você não vai para lugar nenhum, você não sabe nada.”

Aí, o pescador, na sua humildade, foi lá no fundo do barco, pegou um peixinho e falou: “doutor, o senhor sabe que peixinho é este?” Aí, o doutor falou: “Eu não sei”. Ele pegou outro peixe: “Doutor, e este aqui, o senhor conhece?” “Não!” Pegou o terceiro peixe: “Este aqui, você conhece, doutor?” “Não!” “Então, por que eu sou ignorante e Vossa Excelência não?”

Vocês podem extrair desta Conferência, que possivelmente seja a coisa mais importante que já tenha acontecido na questão da aquicultura e pesca deste país, uma verdadeira constituição, um catecismo, uma bíblia, alguma coisa que possa balizar a vida de vocês daqui para a frente, porque, mais importante do que essas leis que nós assinamos agora, o que vocês precisam extrair daqui é uma lição para todos nós.

Uma lição para os brasileiros que, muitas vezes, compram um peixe no supermercado e nunca se interessam em saber como é a vida daquele que pescou aquele peixe.

Muitas vezes, quando saímos de férias e vamos passear em algum lugar deste país, se for numa praia então, a gente se levanta cedo. Eu fui para Angra passar dez dias em Ilha Grande, e me levantava todo dia às 6 horas para ir tirar a rede com os companheiros pescadores. Ia às 6 horas, às 10 horas, às 2 horas da tarde e às 6 horas da tarde.



Quando a gente voltava com o barco cheio de peixe, tinha um monte de turistas ali, parados, para comprar. Ou seja, ninguém queria saber nada da situação do pescador. Todo mundo só queria saber de regatear o preço: “Trinta centavos é caro, dá por 20 um quilo de tainha ou vende essa sardinha por tanto”. Ninguém perguntava: “Escute aqui, companheiro, porque você está mal vestido assim, você está ganhando bem? Você tem Previdência Social? Você tem Seguro-Desemprego? Quando você não puder pescar, como é que você vai viver? O prefeito construiu escola aqui, nesta ilha em que você está? Nesta cooperativa? Você tem assistência médica?”

Muitas vezes, nós não temos o hábito de perguntar essas coisas. Nós vamos aos lugares, conhecemos as pessoas, voltamos e esquecemos as pessoas no dia seguinte.

É como se não fôssemos compostos de cérebro, de sentimentos, de coração, como se a gente não tivesse que interagir os nossos problemas e as nossas soluções.

Daqui vocês podem tirar a coisa mais sagrada que podem aproveitar para o resto da vida, para os seus filhos, para os seus netos. A consciência de um pescador sozinho numa jangadinha, na beira do lago, com uma varinha ou com uma tarrafa não representa muita coisa, mas na hora em que vocês tomam consciência, não medem sacrifícios e vêm para cá e juntam mais de mil companheiros e companheiras para decidir o destino de vocês, vocês estão criando, quem sabe, a maior rede de pescar que a Humanidade já criou. Uma rede indestrutível, como se fosse a própria rede de pescar, porque apenas um fio não daria para fazer uma rede, mas vocês trançam vários fios até que conseguem formar uma coisa que pode trazer peixe.

O que vocês estão fazendo aqui é um pouco disso. Não percam nunca a certeza de que, se vocês souberem se juntar e souberem cobrar de nós – porque nós também não podemos fazer tudo – podem ficar certos de que podemos fazer muito mais do que já fizemos. Muito mais.



E nós poderemos fazer muito mais, junto com vocês. Lembro-me que, quando ganhei as eleições, assim que eu indiquei o companheiro Fritsch, falei: Fritsch, nós temos que arrumar, lá no Rio de Janeiro, um galpão daqueles das docas para que os pescadores possam colocar os peixes lá, montar uma cooperativa e, ali, ter um lugar para tratar e vender o peixe. O Fritsch foi atrás.

O primeiro problema é que ali tinha um galpão, não me lembro o número dele agora, que tinha um problema muito sério de trânsito, não tinha como parar carro e, então, seria ruim para as pessoas terem acesso a uma espécie de mercado.

Depois, o Fritsch voltou encantado com um tal de um terreno chamado Fundão, lá na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era um terreno grande, daria para fazer muita coisa, mas aí a Universidade tinha aquele terreno como se fosse coqueluche, ou seja, não podia abrir mão porque era a única área verde que tinha ali para a Universidade. Eu falei para o Fritsch: não vamos brigar com a Universidade, vamos tentar procurar um outro local, nós temos tempo para fazer isso; se não fizeram durante tanto tempo, não temos a obrigação de fazer as coisas no primeiro ano. Nós temos que nos preparar para fazer.

Podem ficar certos de que não apenas no Rio de Janeiro, mas em vários lugares deste país, quando terminarem os meus quatro anos, se Deus quiser, nós faremos vocês chegarem do rio ou do mar, encostar o barquinho e terem um mínimo de possibilidade de colocar valor agregado no produto que vocês pescam.

Hoje, quando damos início aos trabalhos dessa 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, eu tenho orgulho, meus companheiros deputados, como tenho orgulho de vocês, porque quando nós mandamos a lei para garantir aos pescadores o seguro-desemprego, tinha muita gente que achava que era impossível, e nós aprovamos.

Eu quero dizer que não basta vocês baterem palmas para o Fritsch e



para mim, é preciso que a gente reconheça o trabalho sério que a Câmara dos Deputados e o Senado da República fizeram, em tudo o que foi pedido até agora.

Eu tenho o orgulho de afirmar que, das 11 metas que nós estabelecemos naquele documento, sete já estão em fase adiantada; é que vocês não pediram mais, pediram só 11. Sete nós já estamos implementando.

Número um. A primeira delas foi a criação da Secretaria, para que integrasse o grupo de Ministérios e para que tivesse uma relação muito forte com os pescadores.

Eu fui muito criticado na época, porque muita gente que escreve ou que fala na televisão, possivelmente achasse que peixe vinha voando e caía no prato da gente. Eles não tinham a dimensão da totalidade de vocês. Então, nós fomos muito criticados porque criei o Ministério, mas eu nunca consegui entender por que num país, com uma costa marítima como a nossa e com a quantidade de água doce que temos, o Ministério da Pesca fosse tratado como um item do Ministério da Agricultura.

Da mesma forma, o turismo. A elite brasileira passa 50 anos falando do assunto, mas o turismo era um Ministério ligado ao esporte, ou seja, se é tão importante para o nosso desenvolvimento, por que não criar? E criamos. Criamos e estou orgulhoso. E quero dizer aqui, na frente de vocês, não é para vocês fazerem abaixo-assinado pedindo que o Ministério continue ou saia, mas se há pessoas que podem estar muito orgulhosas neste país são os pescadores, com o trabalho do companheiro Fritsch.

O Fritsch é como aquele jogador de bola que, embora não seja o melhor do time, toda a torcida gosta dele. Sabem por quê? Porque, para nós, muitas vezes, melhor do que o maior jogador, que fica esperando que a bola chegue até ele, é aquele que do começo ao fim do jogo não desanima nunca, corre atrás da bola, é aquele que sempre acredita que é possível. Mesmo quando a



bola está saindo fora, ele está correndo atrás dela. Esse vale mais do que muitos que parecem bons.

Número dois. Elaboramos um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para a Aqüicultura e Pesca, específico para cada uma das regiões brasileiras.

Número três. O IBAMA foi mantido como órgão fiscalizador, dotado de recursos materiais e humanos compatíveis com o bom desempenho da atividade.

O objetivo é preservar da pesca predatória os ricos mananciais existentes no nosso país, garantindo benefícios para todos.

Número quatro. Estamos implementando, em parceria com o BNDES, o BASA e o BNB, um Programa de Renovação da Frota Pesqueira, que apóia tanto a recuperação da indústria naval, como incentiva a substituição das atuais embarcações por outras mais modernas.

O que é isso? Ora, se o BNDES e os bancos públicos têm dinheiro para financiar a agricultura familiar e a agricultura empresarial, se temos dinheiro para financiar tratores, se temos dinheiro para financiar carros, se temos dinheiro para financiar tanta coisa, por que não financiar um instrumento de trabalho que, para um pescador, tem mais valor do que um avião para algumas pessoas? Por que não financiar? Nós financiamos aviões. E precisamos financiar, porque a Embraer é uma empresa fantástica de tecnologia de ponta. Mas, quando uma empresa americana compra um avião, nós ajudamos a financiar. Então, por que não financiar o pescador para trocar a sua canoinha, trocar o seu barquinho, colocar uma coisa mais nova? A idéia básica é essa.

Vamos também reduzir em 20% os preços do óleo diesel para a frota pesqueira nacional, item que representa quase a metade dos custos de produção.

Número cinco. Estamos também ampliando a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado.



A idéia básica é a seguinte: muitas vezes as pessoas pescam por não ter um processo de armazenamento e de industrialização. O peixe é vendido do jeito que se pesca, muitas vezes, valendo menos do que se a gente extraísse o filé, por exemplo, e utilizasse as outras coisas para fazer ração, para fazer farinha. O dado concreto é que nós queremos dar a nossa contribuição para colocar valor agregado no trabalho de vocês, para que vocês possam ganhar um pouco mais com esse negócio.

Isso pode demorar um tempo, mas podem ficar certos de que eu tenho toda a paciência do mundo. E nós vamos comemorar isso juntos. Podem ficar certos disso.

Os terminais e armazéns pesqueiros da Conab, até então arrendados, estão sendo repassados para a Secretaria, com a finalidade de reativá-los e redirecioná-los para os interesses públicos.

Planejamos igualmente, para o ano que vem, quando teremos mais verba orçamentária, investimentos importantes, como o Terminal Pesqueiro do Rio de Janeiro; a conclusão do Terminal de Cabedelo, na Paraíba; e a construção de outros, distribuídos pelo país.

Número seis. Criamos linhas de crédito específicas por região, para apoiar a pesca artesanal e a aquicultura, com vistas à melhoria dos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização do pescado. São recursos que estão contribuindo para expandir a produção pesqueira no Norte e Nordeste em cerca de 20%.

Número sete. Estamos promovendo o desenvolvimento de atividades de suporte à pesca nas áreas de pesquisa, promoção comercial e informações de mercado. Em relação às quatro outras metas da carta-compromisso, posso garantir que também já estamos providenciando o início de sua implementação. Trata-se do sistema de fiscalização de embarcações; da melhor qualificação profissional dos pescadores; do incremento do



cooperativismo no setor, inclusive o de crédito; e do incentivo ao turismo de pesca.

Além disso, como destacou o companheiro Fritsch, pela primeira vez na história do nosso país, os setores pesqueiro e aqüícola foram chamados a discutir as políticas públicas num encontro nacional.

Agora, 1046 delegados deverão discutir e aprovar as diretrizes para uma efetiva política de desenvolvimento sustentável para a pesca e a aqüicultura no Brasil.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O Brasil tem uma enorme potencialidade para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura, em virtude de suas excelentes condições climáticas, ambientais e geográficas.

Possuímos uma costa de 8 mil e 500 quilômetros de extensão e uma zona econômica exclusiva com mais de 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, correspondendo à metade de nosso território em área marítima.

Na área continental, o país detém cerca de 12% da água doce disponível no Planeta. Ora, esse conjunto de potencialidades extremamente favoráveis contrasta radicalmente com a situação estrutural e social em que se encontram os setores aqüícola e pesqueiro.

Nossa pesca e produção em cativeiro mal chegam a um milhão de toneladas por ano. Países como o Peru, Chile, Argentina e México, que não possuem potencialidades naturais comparáveis às nossas, apresentam uma produção de pescado muito superior à nossa.

A aqüicultura em nosso país tem crescido, como disse o Fritsch, a médias surpreendentes de 25% ao ano. Contudo, nossa produção em cativeiro ainda não alcança 300 mil toneladas anuais, muito inferior a países como a China, por exemplo, que produz milhões de toneladas por ano.

Essa situação torna-se dramática em relação às questões sociais, principalmente no que se refere aos pescadores artesanais. Existem cerca de



um milhão de pescadores artesanais em ação no país. Como essa atividade, em geral, é familiar, cerca de 5 milhões de pessoas tiram seu sustento das lides pesqueiras.

Desse contingente, somente 300 mil são registrados. Vivem, na maioria, em condições precárias, no que se refere ao atendimento de suas necessidades essenciais.

A maior parte é analfabeta ou semi-analfabeta, mora em sub-habitações, sem tratamento de esgoto, e recebe, em média, menos que um salário mínimo por mês. A situação dessas pessoas não é muito diferente daquela vivida há mais de seis décadas por seus antecessores.

Quero lembrar que o programa Pescando Letras, que foi anunciado no Palácio do Planalto, como disse o Fritsch, já tem 5 mil pessoas na escola. É pouco diante do que precisa ser feito. Possivelmente, o sistema de educar os pescadores não seja aquele, companheiro Luizinho, tradicional, de levar o pescador para a escola; é preciso pensar como fazer para que a gente leve a escola até o pescador, já que ele tem que passar uma parte do tempo pescando.

Em 1941, quatro jangadeiros – Jacaré, Jerônimo, Tatá e Manoel Preto – velejaram numa simples jangada durante 61 dias, de Fortaleza ao Rio de Janeiro, com o objetivo de solicitar ao presidente Getúlio Vargas os mesmos benefícios sociais conquistados pelos demais trabalhadores brasileiros.

O feito comoveu a opinião pública da época e foi coberto pela revista “*Times*”.

O heróico empreendimento chegou a ser tema de filme nas mãos do grande cineasta Orson Welles, que utilizou os quatro jangadeiros como atores.

A criação da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca e as iniciativas já adotadas têm sinalizado aos segmentos produtivos que um novo período se abre para investimentos e dinamização da produção.



Temos condições de ampliar a atividade pesqueira e a aqüicultura em cerca de 50% nos próximos três anos, bem como elevar o consumo anual per capita dos atuais 7 quilos para 12 quilos, em 2006.

Faremos o possível e o impossível para recuperar e ultrapassar os níveis dos anos 70, quando o pescado ocupava o segundo lugar, como fonte de proteína, na dieta alimentar do povo brasileiro.

Estamos cuidando tanto da indústria pesqueira como da pesca artesanal e vamos dar, cada vez mais, atenção às políticas que promovam a inclusão social no setor.

São várias e vou citar apenas algumas: o governo incluiu os pescadores artesanais e pequenos aqüicultores no Pronaf, resultando na criação do Pronaf/Pesca.

Firmou convênios com a FAO, a Fundação Banco do Brasil e a Codevasf para o desenvolvimento da aqüicultura no semi-árido.

Também com o MESA – Ministério de Segurança Alimentar – e a Codevasf firmou convênio para introduzir o pescado na merenda escolar em regiões carentes do semi-árido.

O projeto-piloto prevê, até o início de 2004 – portanto, estamos chegando lá –, a produção de 150 mil refeições por semana, com porções de 50 gramas de peixe por aluno, inicialmente para 20 municípios dos estados da Bahia e do Piauí.

Para os assentados do Plano Nacional de Reforma Agrária, a Secretaria, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, vai viabilizar a implantação de unidades individuais ou coletivas de piscicultura.

Quero, por fim, ressaltar a criação, tão comemorada por vocês, do Seguro-Desemprego para o pescador artesanal, aprovada pelo Congresso Nacional, que acabo de sancionar na frente de vocês.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Agora, um desafio para o meu companheiro Fritsch: recebi uma carta,



que me entregaram na hora em que cheguei, de um companheiro do Rio de Janeiro, me parece que de Mangaratiba, Daniel Félix. Não sei se ele está presente aqui. Essa carta diz que ele precisou... Ele é pescador da colônia de pescadores, eu não sei se é 5-17 ou S-17 ou Z-17. Ele gostaria de ter um dinheirinho do Banco do Brasil. Ele diz o seguinte: “Se o Banco do Brasil me emprestar um dinheirinho, vou pagar o mais rápido possível”. E ele pede uma oportunidade para dar à família dele uma vida digna. Esposo: Daniel Félix; Mulher: Regina; uma filha. E ele agradece ao presidente Lula.

Companheiro Félix, eu quero, aqui, pedir um favor a você. Nem sempre, quando a gente anuncia a liberação de algum recurso, esse recurso chega na pressa que a gente gostaria que chegasse. E, muitas vezes, não é má-fé ou má vontade das pessoas. Muitas vezes, é que não havia neste país o hábito de se fazer isso. Possivelmente, muitos gerentes de banco – não que as pessoas não gostem de pescadores – não estavam preparados. Fazia anos que isso não acontecia. Então, vocês terminam sendo estranhos quando chegam a uma agência qualquer.

Eu quero pedir duas coisas a você, companheiro Fritsch. Primeiro, que você crie no seu Ministério um telefone, para as pessoas que forem atrás do dinheiro que você anunciou, e não houver o dinheiro, terem uma linha direta com o governo. Eu acho que isso vale para a pesca e para a agricultura familiar. As pessoas não estavam acostumadas a essa coisa. Então, é preciso preparar, reformular, colocar mais gente, formar as pessoas, porque uma coisa é atender um grã-fino que quer 500 milhões, outra coisa é atender um companheiro que quer apenas 500 reais.

Eu acho que é apenas um processo para que as pessoas não fiquem angustiadas. Eu não tinha por que vir aqui anunciar uma coisa, mas eu sou o Presidente da República e, ao anunciar, essas coisas têm que começar a acontecer, porque senão fica difícil.

Então, Fritsch, acho que isso é uma coisa importante, que vale para as



outras áreas também, para que a gente comece a reeducar o conjunto do país para a nova realidade que estamos vivendo.

Meus companheiros, eu quero agradecer ao Governador, não apenas porque tem sido um extraordinário parceiro, mas porque anunciou aqui que vai, no estado de Goiás, ajudar com 20% em todo investimento que a gente fizer para a reforma agrária, o que é uma coisa excepcional.

Vou completar onze meses de governo no dia 1º de dezembro. E quero dizer para vocês que, nesses onze meses, a cada dia que passa, estou convencido de que estamos no caminho certo. Estou convencido de que as coisas vão acontecer do jeitinho que a gente quer, sem a pressa do atropelamento, para acontecerem corretamente.

Por isso, eu quero dizer para vocês, companheiras e companheiros pescadores, que, nesses onze meses, eu tratei igualmente a classe política brasileira – e é importante que o Marconi Perillo esteja aqui, e tem deputados do PFL e do PMDB – eu duvido que, em algum momento da história, alguém possa dizer que o presidente Lula deu um tratamento diferenciado, porque o prefeito era de tal partido, o deputado era de tal partido, o governador era de tal partido. Quando vou conversar com um representante de uma instituição qualquer, a mim não importa a que partido ele pertença, porque ele tem a mesma responsabilidade que eu tenho em relação aos destinos deste país para melhorar a vida desse povo.

E vou fazer isso nos quatro anos. Vou fazer, porque este país precisa de uma chance. Muitas vezes, a sorte se apresentou diante do país e, por veleidades eleitorais, foi jogada fora.

Eu sou um Presidente da República e não fui um candidato tirado de uma gaveta ou do armário: “Agora, você vai ser o nosso Presidente, porque é preciso evitar que alguém ganhe”. Não! Eu sou Presidente porque, durante treze anos, briguei para ser Presidente da República neste país.

E sou Presidente da República não com o objetivo de fazer milagres,



porque estes só Deus é quem faz. Mas sou Presidente da República e quero terminar o meu mandato e poder me encontrar com vocês, em qualquer lugar do território nacional, olhar na cara de vocês, mesmo quando não tivermos feito tudo aquilo que vocês queriam, e dizer: companheiro, eu me sinto com a consciência tranqüila do dever cumprido, como um pai de família que, mesmo não podendo atender toda a demanda dos seus filhos, trata esses filhos com muita honestidade, com muito carinho e com muito amor. É assim que eu quero tratar vocês durante o meu mandato.

Muito obrigado, meus companheiros. E até a vitória, se Deus quiser.

/cms/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de cumprimentos à Delegação Brasileira para os II Jogos
Parapanamericanos de Mar Del Plata**

Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2003

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro do Esporte,
Meu companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica
Federal,

Companheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico
Brasileiro,

Meus companheiros deputados que estão aqui,

Minha querida companheira Marisa,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Vocês ouviram que o nosso mestre de cerimônias, ao anunciar a
assinatura do protocolo, disse protocolo de intenções.

A verdade é que a Caixa Econômica vai patrocinar por um ano, porque
nós entendemos que a razão pela qual fomos eleitos Presidente da República,
pela qual nós construímos um partido, pela qual construímos uma história no
movimento sindical e social brasileiro é para ver se a gente vai mudando as
coisas devagarzinho, mas vai mudando, para que a gente possa ter uma
sociedade mais justa, uma sociedade onde todas as pessoas sejam tratadas
em igualdade de condições.

Essa é uma coisa que precisa permear a cabeça de cada dirigente
político deste país, de cada governante, porque os portadores de deficiência
não querem ser tratados como pessoas de segunda classe ou ser chamados
de coitadinhos. Está cheio de gente que tem duas pernas, duas mãos, enxerga
com os dois olhos e, na verdade, tem deficiências que o mundo inteiro não



conserta.

Graças a Deus, vocês são exemplos de que não é a falta de um órgão no corpo que diminui a gente. Ou seja, nós temos que pensar sempre que podemos fazer mais do que as pessoas pensam que a gente pode fazer.

E é com muito orgulho, orgulho de Presidente, orgulho de brasileiro, orgulho de companheiro, que estou participando deste encontro, na véspera de vocês viajarem e trazerem mais medalhas. Se não trouxerem mais medalhas não tem problema, porque vocês, certamente, trarão muito orgulho a todos nós, brasileiros, por sabermos que vocês estavam lá, fazendo o impossível para que pudessem ser os melhores na área em que estão disputando.

Quanto ao paraolímpico, Jorge Mattoso, ocorre uma coisa engraçada. Eu não sei se os dados que tenho aqui estão certos, Vital. Se não estiverem, você me corrige, porque é importante a Imprensa saber. Uma coisa que sempre me deixou indignado no Brasil é que, quando tem uma Olimpíada, a Imprensa só trata bem quem ganhou medalha, as pessoas só vão receber no aeroporto quem ganhou medalha e o Presidente da República só recebe quem ganhou medalha.

É como se a pessoa que foi disputar e não conseguiu ganhar – não porque não quis, mas porque tinha alguém que estava melhor preparado – ficasse diminuído na sua volta. Então, você não vê nunca os que foram derrotados participarem.

Nós tentamos, quando terminaram as Olimpíadas, trazer aqui os que tinham medalha e os que não tinham medalha, para que a gente pudesse prestar a mesma homenagem, porque eu acho que todos os que vão para uma disputa em qualquer atividade, vão com a disposição de ganhar. Se a gente não ganha é porque tem alguém que se preparou mais do que nós e precisamos respeitar. Ao invés de sermos vítimas, nós tivemos alguém mais preparado do que nós.



Eu procuro ser um exemplo disso porque, vamos ser francos, ninguém perdeu mais medalhas do que eu, não é? Perdi três eleições. Três eleições são como uma Olimpíada para mim. Mas, continuei teimando e ganhei a medalha, e estou aqui, podendo falar com vocês.

Eu não sei se os dados estão corretos, mas, para a Imprensa saber, o paraolímpico, no Brasil, o esporte para portadores de deficiência, nasceu no Brasil em 1958, quando o paraplégico Robson de Almeida Sampaio fundou, no Rio de Janeiro, o Clube do Otimismo. E, no mesmo ano, o também paraplégico Sérgio Del Grande fundou, em São Paulo, o Clube dos Paraplégicos.

Em 1959, o Maracanãzinho foi palco da Primeira Competição Parada Desportiva do País, um jogo de basquete em cadeira de rodas, que reunia as equipes dos dois clubes.

O Brasil participou, pela primeira vez, de competições internacionais em 1969, em Buenos Aires, próximo de onde vocês vão agora, disputar e trazer as nossas medalhas e os nossos esforços. O Comitê Paraolímpico Brasileiro foi criado em 1995, no mesmo ano em que aconteceram os Jogos Brasileiros Paradesportivos, em Goiânia.

Eu quero lembrar, aqui, que a primeira edição dos Jogos Panamericanos Paraolímpicos ocorreu em 1999, na cidade do México. Participaram, aproximadamente, três mil atletas, representando 18 países. A delegação brasileira tinha 148 atletas e conquistou o vice-campeonato, com 212 medalhas.

Este ano, a delegação brasileira tem 186 pessoas, entre atletas, guias, técnicos, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, apoios técnicos, administrativos e autoridades. Eu espero que irão menos autoridades do que atletas.

As modalidades de competição são: atletismo, natação, ciclismo, esgrima, basquetebol, voleibol e adestramento. O objetivo é conquistar vagas para os Jogos Paraolímpicos de Atenas, em 2004, nas modalidades basquete,



vôlei masculino e feminino e adestramento, e aumentar a quantidade de vagas em atletismo, natação, ciclismo e esgrima. Todos vocês vão competir por uma vaga para Atenas? E quem é que acha que vai ganhar? Levante a mão aí, para eu ver.

Acho que é importante a Imprensa registrar o nome das pessoas que estão aqui, porque, mesmo dentre nós, sempre aparece alguém que faz uma coisa bem feita. Queria que a Imprensa destacasse: nós temos uma companheira, aqui, uma atleta chamada Ádria Rocha dos Santos. Eu dei um beijo naquela moça bonita, nem sabia que era a Ádria, 29 anos de idade. Desde menina a Ádria é portadora de retinose pigmentar, que leva à cegueira. Começou a treinar em 1987 e, hoje, é a velocista portadora de deficiência visual mais rápida do universo paraolímpico. Ela está tão pomposa com as medalhas, que nem as roupas de vocês ela está vestindo mais.

Especialista nos 100 metros, 200 metros e 400 metros rasos, ela gosta mais do desafio dos 200 metros. Em fevereiro, submeteu-se a uma cirurgia no joelho esquerdo e, em agosto, conquistou, no Mundial, em Quebec, no Canadá, duas medalhas de ouro, nos 100 e nos 200 metros. E uma de bronze nos 400 metros rasos. A Ádria já tem 19 medalhas conquistadas em paraolimpíadas e jogos parapanamericanos. Ganhou a primeira medalha das paraolimpíadas em Seul, em 1988. Meus parabéns, companheira Ádria. E continue... Eu fico imaginando que, se aos 58 anos eu me sinto um menino, você, com 29, deve se considerar uma menina para fazer ainda mais, quem sabe, quantas paraolimpíadas pela vida. Que você continue trazendo medalhas e, mais do que medalhas, continue trazendo orgulho para o povo brasileiro.

Mas também tem um companheiro aqui, Clodoaldo Francisco da Silva, 24 anos. Cadê o Clodoaldo aí? Ele deve ter também um recorde de gostar de tirar fotografia. Clodoaldo tem três recordes mundiais, dois deles em provas de 50 e 100 metros. Apresenta dificuldade de movimento nas duas pernas e uma pequena falta de coordenação motora. Dedicou-se, exclusivamente, aos treinos



de natação. Em novembro, Clodoaldo participou de uma competição em São Paulo e bateu mais um recorde mundial nos 50 metros de nado livre. Meus parabéns, Clodoaldo. Se eu soubesse que você era um cara tão famoso assim, eu tinha tirado umas dez fotos com você.

Roseane Ferreira dos Santos, Rosinha, 32 anos. Cadê a Rosinha? Bem, a Rosinha... não era eu quem deveria falar isso. Estou falando aqui para a Imprensa registrar. Rosinha tem a perna esquerda amputada e começou a praticar esporte em 1997. Suas especialidades são lançamento de disco, dardo e arremesso de peso. Entre seus diversos títulos ela conquistou três medalhas de ouro no Mundial da Nova Zelândia, em 1999; três de ouro, no Panamericano do México, em 1999; e duas de ouro, nas Paraolimpíadas de Sidney, em 2000. Meus parabéns, minha querida. Espero que, com essa força de arremesso de peso, você não decida me arremessar em algum lugar.

O Brasil nas paraolimpíadas: desde que o Brasil mandou a sua primeira representação aos Jogos Paraolímpicos, em 1972, na Alemanha, a presença brasileira nessas competições vem se ampliando. Em Sidney, o Brasil teve sua maior delegação em uma paraolimpíada – 64 atletas, divididos em nove modalidades.

Alguns medalhistas em Sidney: a velocista Ádria Rocha dos Santos ganhou duas medalhas de ouro, 100 metros e 200 metros, e uma de prata, 400 metros, tornando-se a atleta brasileira com o maior número de medalhas em paraolimpíadas. Ela acumula nove conquistas em quatro paraolimpíadas.

A arremessadora Roseane dos Santos, essa beldade que apresentei a vocês agora, foi a grande revelação brasileira, com duas medalhas de ouro, peso e disco, e dois recordes mundiais.

Os nadadores Adriano Gomes de Lima e Clodoaldo Francisco da Silva foram os brasileiros que conquistaram o maior número de medalhas em Sidney. Eles voltaram para casa com quatro medalhas cada um, três de prata e uma de bronze. Também participaram de três revezamentos, em que



garantiram duas medalhas de prata e de bronze.

Olhem, esses dados aqui são significativos para quem está indo pela primeira vez e para quem não ganhou ainda a sua medalha.

Definitivamente, o Ministério do Esporte veio para ficar. Eu nunca consegui compreender, Vital, por que o Brasil tinha um Ministério do Esporte ligado ao Turismo. Eu disse, hoje, no encontro de Turismo: se você colocasse um especialista em esportes, possivelmente ele não entenderia de turismo. Se você colocasse um especialista de turismo, ele não entenderia de esporte. Então, porque não criar dois Ministérios distintos, porque são duas coisas distintas?

O Ministério veio para ficar. E quero dizer aqui, na frente de vocês: o companheiro Agnelo tem se saído bem, eu diria, de uma forma surpreendente, de uma forma extraordinária. Posso dizer para vocês que é motivo de orgulho para o meu governo, porque o que este companheiro tem se dedicado, o que este companheiro tem viajado pelo Brasil, o que este companheiro tem tentado fazer para a inclusão esportiva de milhares e milhares de adolescentes e crianças neste país, é algo que poucas vezes foi feito na história do nosso país.

Eu digo sempre o seguinte: nós estamos completando, hoje, dez meses e 27 dias de governo e ainda temos três anos e três dias de governo para terminar o nosso mandato. Se, em dez meses, o Agnelo já fez tudo isso, vocês imaginem o que a gente não vai fazer nesses próximos três anos na área do esporte neste país.

Eu quero desejar a vocês toda sorte que um ser humano pode desejar a outro ser humano. E, para vocês, mais ainda, porque vocês são motivo de orgulho, por várias razões. Uma delas é que vocês dão exemplos àqueles que pensam que não são portadores de nada, àqueles que pensam que não têm nenhuma deficiência e àqueles que tanto mal, muitas vezes, causam ao país, praticando crimes, praticando corrupção, praticando coisas que depõem contra a imagem do nosso país e a imagem do nosso povo.



Vocês, ao contrário. Vocês que, muitas vezes, podem até ter reclamado da vida, por terem nascido com um problema qualquer, eu acho que vocês são os mais dignos e legítimos seres humanos que Deus pôs na Terra.

Porque, apesar de tudo, vocês estão dizendo: “Nós não somos melhores do que ninguém, mas não queremos ser tratados como se fôssemos inferiores a qualquer outra pessoa na face da Terra. Nós não precisamos de favor de governo, não precisamos de esmola de quem quer que seja”. O que vocês estão dizendo é apenas o seguinte: “Dêem-nos uma oportunidade. A mesma que dão para os atletas que conseguem fama, conseguem ser famosos. Nós queremos apenas uma oportunidade para provar que nós somos tão capazes quanto qualquer outra figura na face da Terra.”

E eu quero que vocês saibam que, nesses três anos que faltam de governo, vocês terão do meu governo todas as oportunidades que desejarem e que nós, nos limites da nossa competência, pudermos fazer.

Boa sorte! Que Deus abençoe vocês! E boa vitória para todos nessa Paraolimpíada!

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Fórum Mundial do Turismo para a Paz e
Desenvolvimento Sustentável e do Movimento Brasil de Turismo e Cultura
Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2003**

Meu querido companheiro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,
Quero cumprimentar o ministro Carlos Henrique Meyer, ministro do
Turismo da Argentina,

Senhor ministro do Turismo da França,

Senhor ministro do Turismo de Portugal,

Meus companheiros ministros Marina Silva, Gilberto Gil, Jaques
Wagner,

Samuel Pinheiro, ministro interino, secretário-geral do Ministério das
Relações Exteriores,

Meus companheiros Gushiken, Agnelo Queiroz, Miro Teixeira, Ciro
Gomes, Olívio Dutra,

Meu companheiro Carlos Wilson, nosso querido presidente da Infraero,
que está permitindo que você possa vender, cada vez mais, essa nossa
imagem lá fora porque, subiu no avião, vai ter onde descer no Brasil,

Meus companheiros empresários, agentes de turismo,

Embaixadores,

Governadores dos estados aqui presentes: Espírito Santo, Paulo
Hartung; Bahia, Paulo Souto; e Paraíba, companheiro Cássio Cunha Lima,

Deputados Federais,

Senadores,

Eu estou um pouco com a minha alma lavada. Primeiro, porque ontem o
Senado aprovou a reforma da Previdência, está votando os destaques hoje.



Mas penso que foi um sinal. Um sinal de que, acreditando, trabalhando e fazendo muito esforço, não tem tarefa impossível para um ser humano, sobretudo quando esses seres humanos têm determinação política para aquilo que querem fazer.

Eu acho isso importante, porque a imagem do Brasil vai melhorando no exterior, as pessoas vão percebendo que nós não somos um país do “faz de conta”, nem deixaremos nenhum Presidente estrangeiro indignado para dizer: “Que país é este?” Este país chama-se Brasil. Tem um potencial extraordinário de crescimento, de tecnologia e, sobretudo, tem um povo excepcional. Não somos os melhores do mundo, mas duvido que tenha, no mundo, melhores do que nós. No máximo, haverá um empate.

Não poderiam os organizadores deste evento ser mais felizes do que foram, porque este fórum coloca a questão da preservação da natureza e da paz como centro da atividade do turismo no mundo.

Eu penso, companheiro Walfrido, quando vocês tiveram a idéia de criar um fórum desta magnitude, que vocês conseguiram introduzir no mundo globalizado uma novidade excepcional, porque até agora a globalização significava livre trânsito de empresas ou livre trânsito de capitais.

Com este evento, vocês estão mexendo em coisas muito profundas nas relações humanas no planeta Terra. Primeiro, não tem nada que possa garantir mais a paz do que o livre trânsito de seres humanos por todos os quadrantes do mundo.

Segundo, não tem nada que possa garantir mais a manutenção da riqueza das nossas florestas e da nossa fauna, de todos os países do mundo, do que um turista bem motivado, do que um turista bem formado, do que um turista com uma visão pacifista e com uma visão ambientalista. Não tem nada melhor do que a gente saber que aquela pessoa que está pegando o avião é um pacifista e um ambientalista e, juntando os dois, ele vira mais que um turista, vira um bom turista.



É engraçado, porque no Brasil, olha que eu fiz muitas reuniões ao longo da minha vida política e nunca tive a reivindicação da criação do Ministério do Turismo. Nunca ninguém reivindicou. E eu só fui descobrir que o Ministério do Turismo era necessário no Brasil com as caravanas que fiz entre 1991, 1992 e 1993, porque eu tinha sido candidato a Presidente da República em 1989 e, quando terminou a campanha, eu saí com a certeza de que todos os candidatos, historicamente, fingem que conhecem o Brasil, mas não conhecem.

Eu saí com a certeza de que um candidato a Presidente recebe um texto pronto, muitas vezes um assessor lhe dá um texto, ele fala sobre uma região sem nunca ter colocado os pés lá, sem saber qual a cor das pessoas que moram lá. Vira quase que a interpretação de uma coisa mágica, fora da realidade.

Foi daí que cismei de conhecer o Brasil, para saber o tipo de país que nós queríamos governar. Percorri 91 mil quilômetros em dois anos e meio, de barco, de trem, de ônibus, de carro e pude ter a exata dimensão do que Deus deixou para nós. A grande maioria das pessoas que passaram pelo governo, certamente, conheciam muito mais outras partes do Planeta do que o chão que nós pisamos.

Daí começou a nascer em mim a convicção de que nós tínhamos que ter um ministro do Turismo, porque não poderia ser só um ministro do Esporte e Turismo, não dava para ser, porque se a pessoa entendesse muito de esporte, certamente entenderia menos de turismo. Se a pessoa fosse muito entendida de turismo, certamente entenderia menos de esporte. Como o Brasil precisa dos dois, era preciso encontrar uma figura que tivesse o perfil de pegar uma coisa desconhecida e tornar essa coisa desconhecida numa realidade para todos nós.

As primeiras manchetes, as primeiras matérias que saíram quando nós criamos o Ministério do Turismo, eram aquelas de sempre: “Está criando muito



Ministério”, “Mais um Ministério”. É aquele pessimista, que não acredita que as coisas podem mudar nunca, são aqueles que não acreditam que podem acontecer coisas diferentes do que, habitualmente, ele estava acostumado a ver acontecer.

Eu não poderia ter tido melhor sorte de chamar o companheiro Walfrido e ele ter aceito este Ministério, porque, habitualmente, no Brasil, as pessoas não querem um Ministério que não tenha relevância. Afinal de contas, pegar um Ministério para criar, num país em que o mandato é só de quatro anos, é muito complicado.

Agora, quando você acerta na escolha do técnico e o técnico acerta na montagem da equipe, e técnico e equipe estão motivados, a gente consegue o sucesso que conseguimos nestes dez meses e vinte e sete dias de trabalho.

Eu não conheço os outros, Walfrido, mas vou ousar dizer uma coisa que eu tenho certeza de que não errarei. Eu duvido que, em algum momento desses últimos trinta ou quarenta anos no Brasil, nós tivemos alguém do turismo com a vocação, a determinação e a crença que você tem naquilo que faz.

Eu acho que, muitas vezes, quando se escolheu alguém para cuidar do turismo no Brasil, não avisavam para a pessoa que não era para ela fazer turismo, era para promover o turismo no país, era para fazer os outros fazerem turismo, interno e externo. Eu acho que você, meu caro Walfrido, tem dado a mim a certeza de que, se este país extraordinário tivesse tratado o turismo com profissionalismo há vinte anos, hoje não estaríamos pensando em ter, no final do governo, nove milhões de turistas, mas vinte e cinco ou trinta milhões de turistas neste país.

Uma coisa muito interessante é que o Walfrido nunca reclamou de dinheiro comigo, nunca, porque ele é daqueles que acham que o dinheiro é necessário e faz muita falta, mas se não tiver dinheiro tem que ter criatividade, se não tiver dinheiro tem que arrumar parceria, se você não pode fazer um



evento porque não tem dinheiro, não tem problema. Por exemplo, este fórum que vocês estão criando não vai ter dinheiro do governo, vai ter dinheiro de empresas e a grande maioria das empresas, se chamadas a participar de uma coisa séria, participarão. As pessoas não se negam. É que não existia o hábito dessa relação leal, dessa política de parceria, dessa política de companheirismo, porque no Brasil, muitas vezes, se preferiu estabelecer uma relação promíscua entre o Estado e a sociedade, ao invés de se estabelecer uma relação séria entre homens e mulheres para que nós pudéssemos, juntos, assumir a responsabilidade pelo tipo de programa que queremos fazer e pelo tipo de país que nós queremos construir.

Eu não sei se aqui há algum empresário que participou de um debate comigo, em 1994, no estado do Rio Grande do Norte. Estávamos eu e dois companheiros, e fomos discutir sobre turismo. Nós não entendíamos nada. E, logo de pronto, um empresário pediu para que uma pessoa que estava comigo falasse. E todos vocês sabem o que significa começar a falar de um assunto que você não conhece. O argumento não dura mais do que três minutos, dois minutos. E aí, depois que falou um companheiro meu, eu pedi para o outro falar. Também, o argumento era muito pequeno. Aí, chegou minha vez de falar. Como os dois tinham falado pouco, eu não tive tempo de aprender. Então, quando chegou a minha vez, eu falei: vocês já perceberam que nós não entendemos de turismo, então vamos fazer o seguinte, falem vocês para nós sobre o que precisa ser feito neste país para que a gente possa fazer da forma mais correta possível. E foi daí que nós tivemos a certeza de que o Brasil precisava de um Ministério do Turismo.

E eu quero dizer ao meu companheiro Walfrido, e a todos vocês, que estou orgulhoso do Ministro que tenho. Nesses dez meses de governo, nas viagens que fizemos, nas conversas que tivemos, este homem, em nenhum momento, lamentou alguma coisa que ele não tivesse. Todas as vezes que nós conversamos, ele falou das coisas que queria fazer. Eu acho que esse



encontro aqui é a culminação dessa dedicação, dessa crença e dessa disposição política. É uma coisa em que eu acredito.

Quando nós tomamos posse, descobrimos algumas coisas elementares que precisavam ser descobertas naquele momento certo, de que era preciso o Brasil dar os passos corretos, sem cometer erros nem equívocos, para que a gente pudesse colher rapidamente aquilo que estávamos plantando. Começamos recuperando o Mercosul. E eu posso dizer para os empresários do turismo que ainda temos coisas para consertar. É preciso melhorar as nossas estradas, é preciso construir as que faltam e melhorar as que existem; é preciso melhorar a quantidade de vôos dos países que compõem o Mercosul, é preciso diminuir as taxas de embarque que um irmão argentino paga para vir ao Brasil ou o Brasil paga para ir à Argentina. Com essas taxas, na verdade, nós estamos diminuindo o direito do turista comprar uma coisa a mais aqui, no nosso país, ou nós comprarmos lá. Tudo isso já está sendo discutido com os países do Mercosul e com a América do Sul.

Da mesma forma com os países africanos. Não é possível que o Brasil e o Mercosul não tenham uma proximidade com a África, que está próxima de nós, e se nós tivermos a grandeza de pensar economicamente, politicamente e culturalmente, o mar não será obstáculo, pelo contrário, ele será o caminho por onde o turista, depois de alguns dias fazendo turismo num navio, poderá pisar no território africano e ver a beleza que a natureza nos deixou lá.

Agora, estamos fazendo uma viagem, embarcamos na terça-feira para os países árabes e o Walfrido sabe que ele tem que levar muito material, porque nós precisamos convencer muitos dos nossos irmãos árabes a fazerem uma parte do seu turismo na América do Sul. Que eles venham para cá e, daqui, adentrem os países da América do Sul e conheçam um outro lado do Planeta que, muitas vezes, as pessoas não conhecem.

Pretendemos fazer com que esta relação seja cada vez mais integrada, não apenas pensando do ponto de vista comercial, sobre o que nós temos que



vender e temos que comprar, mas também pensando como a gente pode tirar dessa relação a possibilidade do trânsito entre os seres humanos, para que façamos valer a idéia já constatada de que o turismo pode ser a grande fonte geradora de riqueza e de divisas para os países, inclusive, uma boa forma de investimento dos países ricos nos países pobres. Um país rico pode construir um hotel, tratar de levar o turista, tratar de ajudar a preservar a natureza, e eu penso que este fórum pode, daqui a alguns anos, ter uma dimensão excepcional na história do turismo mundial.

Eu estou satisfeito, realizado, com o que já foi feito até agora. E olhem que só estamos com dez meses e vinte e sete dias. Portanto, meu caro, você pode fazer três vezes mais. Se imaginar que você não tinha experiência nesta área, que demorou um pouco, você pode fazer quatro vezes mais.

Então, imagine o que a gente pode estar comemorando lá para os idos de 2006. Eu estou certo, Mares Guia, de que nós vamos comemorar coisas excepcionais junto com os nossos parceiros no mundo inteiro, porque acho que o turismo tende a ser uma forma barata, saudável, ambientalmente correta, e pode ser uma forma pela qual a gente possa sustentar que é possível a paz vencer a guerra.

Meus parabéns a todos vocês, por este evento.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau

Palácio Itamaraty, 27 de novembro de 2003

Excelentíssimo senhor Johannes Rau, presidente da República Federativa da Alemanha,

Senhora Christina Rau,

Senhorita Ana Christina Rau,

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República Federativa do Brasil,

Senhora Mariza Campos Gomes da Silva,

Minha querida companheira Marisa,

Senhor Lorenzo Baldisseri, núncio apostólico,

Demais embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,

Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores,

Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura,

Ministro Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional,

Senhores deputados,

Minhas amigas e meus amigos,

Senadores aqui presentes,

É com particular satisfação que recebo Vossa Excelência no Brasil. Estou certo de que esta sua segunda passagem pelo Brasil contribuirá para descortinar novas possibilidades para consolidar e aprofundar a rica colaboração entre a Alemanha e Brasil.

Ela sublinha a parceria estratégica que formalizamos durante a visita do chanceler Schröder. Naquela ocasião adotamos um plano de ação



Brasil/Alemanha, cobrindo uma ambiciosa gama de propostas e metas compatíveis com as potencialidades de nossas relações.

Estão previstos mecanismos diplomáticos de consulta e coordenação e estabelecidos compromissos numa gama de temas, cuja amplitude espelha a maturidade do nosso diálogo. O que torna a nossa parceria especialmente ampla e vigorosa é o fato de envolver uma intensa participação do setor privado e da sociedade civil.

Vejo com especial satisfação o acordo para esse instrumento inovador, que é o fórum do diálogo entre sociedades. Nosso diálogo está lastreado numa sólida associação econômica. Sua pujança é especialmente visível no setor industrial, onde os vultosos investimentos alemães estão representados pelas mais de mil empresas alemãs estabelecidas no Brasil.

Quero deixar com os empresários que acompanham Vossa Excelência o desafio de redobrar os esforços que fizeram da Alemanha nosso terceiro maior parceiro comercial e quinto maior investidor.

Senhor Presidente, nossa parceria é ainda mais relevante no mundo marcado por turbulências políticas, ameaça do armamentismo e uma globalização que acirra as desigualdades. Partilhamos a visão de uma ordem internacional mais próspera, mais democrática, fundada no respeito ao direito e ao multilateralismo. Trabalhamos juntos em prol dos direitos humanos, da inclusão social e da proteção ambiental.

Estamos convencidos de que as Nações Unidas devem desempenhar papel crucial nesse mundo que queremos construir. É indispensável que a organização ganhe maior eficiência de legitimidade.

Precisamos atualizar o Conselho de Segurança, por meio da ampliação do número de assentos permanentes, para países desenvolvidos e em desenvolvimento. O ano de 2004, quando Brasil e Alemanha estiverem no Conselho, oferece oportunidade excepcional para mostrarmos como podemos



contribuir para que as relações internacionais sejam mais equilibradas, justas e mais pacíficas.

Desejamos que essa parceria estenda-se também às negociações multilaterais na Organização Mundial do Comércio. O governo brasileiro está firmemente empenhado em fazer de Doha, efetivamente, uma rodada para o desenvolvimento. Contamos com a compreensão e o apoio dos países ricos, para que as nações em desenvolvimento tenham a oportunidade de competir em igualdade de condições, sobretudo em áreas como a agricultura, onde são mais eficientes.

Estou convencido que nossos países poderão desempenhar importante papel catalisador, contribuindo para superar o impasse nas negociações em Cancún.

Há 14 anos, o Muro de Berlim ruía, graças à firme determinação do povo alemão de não mais se deixar dividir. A comunidade internacional vê-se, hoje, perante um desafio igualmente histórico: derrubar o muro de regras práticas discriminatórias, que contribuem para manter parte da humanidade em situação de pobreza e atraso.

Senhor Presidente, nada ilustra melhor o patrimônio de nossas realizações e as possibilidades para o futuro do que os 40 anos de cooperação Alemanha/Brasil.

Somos reconhecidos pela perseverança daqueles indivíduos e entidades que fizeram uma aposta no futuro do Brasil e na capacidade e determinação de seu povo em trilhar o caminho do desenvolvimento.

A ênfase foi sempre em ajudar as pessoas a encontrar suas próprias soluções, aproveitando sua experiência e conhecimento em ações de gestão ambiental, urbana e industrial, no manejo de recursos naturais, na proteção às florestas tropicais, com repercussão positiva na área social e no aumento da produtividade das pequenas e médias empresas.



No campo social, o trabalho conjunto privilegia a organização comunitária em apoio a associações de pequenos agricultores, pescadores e comunidades da periferia urbana. Auto-estima, trabalho comunitário e qualidade de vida, são essas as chaves de 40 anos de sucesso.

Quero expressar meu agradecimento pelas iniciativas desenvolvidas em apoio ao nosso mutirão nacional de combate à fome e de redução das desigualdades. Estou convencido de que uma das maiores vitórias da cooperação técnica Alemanha/Brasil é o exemplo que oferece para outros países e regiões.

Na área ambiental, os bons frutos de nossa colaboração demonstram como a cooperação Norte/Sul pode transformar-se em realidade.

Estendo minhas felicitações a todas as entidades governamentais e não governamentais que, ao longo de décadas, têm contribuído com entusiasmo para o desenvolvimento da exemplar parceria entre nossos países.

Convido a todos aqui presentes, que se unam em um brinde à saúde de Vossa Excelência e senhora, e à felicidade e prosperidade dos povos brasileiro e alemão. Saúde.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de encerramento do 23º Encontro Nacional de Comércio
Exterior**

Centro de Convenções do Hotel Glória

Rio de Janeiro-RJ, 28 de novembro de 2003

Excelentíssima companheira Rosinha Garotinho, governadora do estado
do Rio de Janeiro,

Meu caro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Meu caro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Senhor Jorge Picciani, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de
Janeiro,

Senhor Benedito Fonseca, presidente da Associação de Comércio
Exterior do Brasil,

Senhor Giulite Coutinho, presidente de honra da Associação de
Comércio Exterior do Brasil,

Deputados aqui presentes,

Meus caros senadores Saturnino e Crivella,

Meus amigos, minhas amigas,

Lucélia Santos,

Meus companheiros e companheiras.

Uma coisa importante que vocês, empresários e, sobretudo, os
exportadores precisam compreender é que eu queria trazer meu companheiro
José Alencar aqui, hoje. E ele não veio para não ofuscar o Josué, porque nós
sabíamos que a Coteminas ia ganhar um prêmio. Eu falei para o José Alencar



vir receber o prêmio, mas acontece que, como vice-presidente da República, ele não poderia vir e me disse que o prêmio estaria bem dado e bem guardado nas mãos do Josué.

Mas ele mandou um abraço por não ter podido vir aqui, ontem. Parece-me que ele ia participar de um painel. O Furlan transmitiu o abraço dele, ontem. Mas, como o José Alencar é muito valioso para todos nós, dois abraços valem mais do que um.

Nós preparamos algumas notícias para este encontro de hoje, porque vocês devem ter ouvido muitos discursos. E, embora eu tenha um discurso aqui, razoavelmente longo, eu quero começar com algumas notícias que acho que vocês precisam ouvir.

A primeira medida é a criação do COFIGE – Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações. É a unificação das competências de dois Comitês: o de Crédito e o de Seguro. Com isso, as decisões de concessão do financiamento e da garantia passam a ser conjuntas, facilitando para o exportador, que tem uma resposta rápida, e permitindo maior eficiência do governo no acompanhamento desses programas. Além disso, o COFIGE será vinculado à CAMEX, com um representante de cada Ministério, com indicação nominal.

Dois: revogação das limitações ao uso do CCR. Vocês, exportadores, sabem o que é, mas a Imprensa não sabe e eu vou ter que explicar, aqui, o que é o CCR. O CCR é o mecanismo mais importante para viabilizar a expansão do comércio intra-regional e permitir a participação das empresas brasileiras nos projetos de iniciativa para a integração da infra-estrutura sul-americana.

A revogação das medidas restritivas ao uso do CCR nas importações brasileiras vai permitir o equilíbrio das contas de multilaterais e criar condições de reciprocidade na obtenção dessa garantia para as nossas exportações.

A prioridade política à integração efetiva da América do Sul tem que ter



como contrapartida a prioridade de pagamentos recíprocos. O Executivo está encaminhando as decisões que possibilitarão a plena operacionalização do CCR, com a suspensão de restrições de valores e prazos e minimizando o risco para o Banco Central na condução das operações de comércio exterior, através do CCR.

Justiça seja feita: tanto o companheiro Furlan quanto o Celso Amorim e o Roberto Rodrigues, desde fevereiro, têm insistido para que a gente consiga resolver o problema do CCR, que está resolvido agora.

Terceiro: revisão do seguro de crédito nas operações com o CCR. O objetivo é reduzir a cumulatividade de custos e garantias nas exportações brasileiras para os países da ALADI. Todas as exportações financiadas pelo Proex do BNDES, garantidas pelo CCR, serão classificadas no seguro de crédito como operações do grupo de risco 1, pagando o prêmio correspondente ao prazo de financiamento dessas operações. Corrige-se, assim, a distorção na avaliação de risco individual por país do CCR, já que os pagamentos são feitos através de compensações multilaterais.

Quarto: inclusão dos organismos financeiros internacionais no Proex Equalização, permitindo que as empresas brasileiras ofereçam a equalização do Proex nas licitações internacionais de obras financiadas por organismos internacionais. São milhões de dólares todos os anos, da CAF, do BID e outros organismos que poderão ser associados por exportações brasileiras. A equalização vai aumentar a competitividade das propostas de nossas empresas.

Revisão da resolução Camex nº 33, de 16.12.2002. O Proex Financiamento deve ser destinado, prioritariamente, ao atendimento das exportações de micro, pequenas e médias empresas. Considerou-se que a capilaridade do Banco do Brasil e o baixo custo do Proex Financiamento poderiam incentivar as pequenas e médias empresas a expandir suas exportações. Elas têm maiores dificuldades de acesso ao crédito.



As grandes empresas, que demandam maiores volumes de recursos, poderiam ser atendidas pelo BNDES, que tem menos restrições orçamentárias. A única exceção ao acesso de grandes empresas ao Proex estava no atendimento de operações vinculadas a acordos governamentais.

Nessa revisão que o governo está promovendo nos programas de financiamento e garantia, entendeu-se a necessidade de nova abertura para grandes empresas nas operações de co-financiamento da CAF. Além disso, sempre que houver acordos governamentais que não possam ser viabilizados por financiamentos do BNDES, a Camex poderá examinar, caso a caso, a oferta de financiamento Proex.

Criação do Propex, Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas. As maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas estão na obtenção de financiamento para produção. As garantias exigidas pelos bancos comerciais inviabilizam o crescimento das exportações desses setores. O Tesouro Nacional vai viabilizar linhas do Propex – Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas. Serão realizados leilões de recursos orçamentários para o sistema financeiro, com a fixação, pelo governo, da taxa final a ser oferecida ao exportador.

Eu, na verdade, não precisaria nem falar, apenas dizer para vocês que é importante que os empresários brasileiros tenham a certeza de que nós estamos num caminho que não tem volta. Este país vai voltar a crescer para que possa gerar a oferta de empregos que nós precisamos e para que possa fazer a distribuição de renda que todos nós sonhamos. O que não é possível é não termos consciência do papel que cada um de nós tem, neste momento histórico do nosso país.

Possivelmente, esta seja a última reunião com empresários que eu faça este ano aqui no Brasil, pelo menos, porque na terça-feira estaremos embarcando para o mundo árabe. Eu tenho tentando, desde o primeiro dia de



governo, levantar o moral da tropa, criar as condições para que possamos olhar para a frente com um pouco mais de otimismo, com menos pessimismo e sabermos trabalhar corretamente com o dinheiro que temos e não ficar paralisados, chorando o dinheiro que não temos. Fiz isto e hoje estou convencido de que fiz a coisa certa, porque não caberia ao Presidente da República, ao tomar posse, e ao constatar a situação econômica que o país atravessava, ficar sentado na sua cadeira reclamando do governo anterior. Poucas vezes na história de um país um Presidente da República fez questão de esquecer o governo anterior e pensar um pouco no futuro, pensar naquilo que faltava ser feito ou o que falta ser feito no Brasil.

Eu me lembro de uma conversa que tive com meu companheiro Lessa, no começo do governo. E ele me relatava a situação do BNDES naquele instante. E eu disse ao companheiro Lessa: nós vamos sair dessa reunião vendendo otimismo. Nós vamos dizer que o BNDES não tem nenhum penduricalho, que está tudo maravilhoso, porque se o Presidente da República sair para a rua vendendo decepções e desilusões, a pergunta que eu faço é: por que o povo, então, teria que ser otimista, se o próprio Presidente da República vende pessimismo?

O Celso Amorim e o Furlan devem ter falado muito de política externa. E nós, quando decidimos adotar a política externa como uma das nossas prioridades, era porque nós tínhamos alguns caminhos. Nós tínhamos que escolher a redução das taxas de juros. Uns gostariam que nós pudéssemos baixar 10%, a cada dia. Outros achavam que nós tínhamos que ir mais lentamente, reduzindo de forma mais segura. E outros achavam que nós precisaríamos reduzir os juros, mesmo que a inflação crescesse um pouco.

Nós fizemos uma aposta política. Fizemos uma aposta na credibilidade política que o governo tinha, para fazer todo o sacrifício que precisaria ser feito no primeiro ano sem que, com isso, perdêssemos o patrimônio político acumulado durante tanto tempo. E eu acho que vocês, que são exportadores,



sabem que o resultado hoje é mais primoroso do que muitos analistas, em algum momento, ousaram analisar.

Aliás, não faltaram aqueles que, no começo do ano, previam uma desgraça no final do ano. Não faltaram aqueles que ousaram duvidar que nós iríamos conseguir tirar o “Titanic” do *iceberg*, corrigir o seu casco e começar a discutir qual o rumo que este país vai tomar.

E eu posso dizer para vocês: o nosso país está pronto para dar o segundo passo. Eu acho que ninguém tem dúvida do acerto da política econômica que foi colocada em prática no primeiro semestre. Obviamente, pode não ser a política econômica do ministro Furlan, a política econômica do ministro Palocci, a política econômica do presidente Lula ou a política econômica dos deputados, dos empresários. Mas, certamente, foi a política econômica que permitiu a gente chegar nesta época do ano e sonhar que, para os próximos doze meses, a inflação estará a 5,5% e não a 43%, como era a previsão no final do ano passado. E que garantiu que nós tenhamos batido recordes na nossa política de exportação, e que este país tenha voltado a ter credibilidade internacional e interna.

Esse é o parâmetro necessário para que possamos fazer as outras coisas. Vamos ser francos: quantas pessoas duvidavam que nós mandássemos os projetos da reforma da Previdência e da reforma tributária no dia 30 de abril, como eu mandei, com a assinatura dos 27 governadores de Estado? Não porque era minha, nem porque era a reforma que interessava individualmente a cada governador, mas porque era a que podia ser feita.

Fazer reforma neste país é tão complicado e tão difícil que, se fosse fácil, outros teriam feito. Mesmo entre os empresários, certamente, a Fiesp quer uma, a Firjan quer outra, a Federação do Comércio quer outra, a Federação da Indústria de Brinquedos quer outra. Cada um tem a sua política tributária na cabeça. Cada um tem a sua realidade fiscal na cabeça. Eu tenho certeza, Antonino, que os frigoríficos também têm outra política tributária. Os



vendedores de couro têm uma, os vendedores de carne têm outra, cada um tem a sua política tributária.

O governo não pode ter a sua, o governo tem que construir a média ponderada do que pensa o conjunto da sociedade brasileira. E é por isso que posso dizer para vocês que, se tudo caminhar como estamos pensando, nós iremos, antes do Natal, ter também a política tributária aprovada no nosso país.

É a ideal? É a perfeita? Possivelmente, não. Mas em que país do mundo existe a política tributária perfeita? Aliás, no dia em que houver um país em que as pessoas não critiquem a carga tributária, eu acho que esse país não existe, é o país do faz-de-conta.

Então, nós fizemos aquilo que entendíamos que era preciso fazer para criar uma base sólida para que o Brasil pudesse, a partir daí, seguir o seu caminho, com o seguinte cuidado: nós não queremos ser pegos de sobressalto. Não queremos anunciar nenhum plano mirabolante e que, seis meses depois, a gente tenha que voltar atrás porque o povo, eu penso, já se cansou de viver momentos de êxtase e, alguns meses depois, entrar em verdadeira depressão.

Nós resolvemos fazer as coisas com mais cuidado, mas com a certeza de que os passos só serão dados para a frente. A nossa política de comércio exterior, podem ficar certos disso, vai crescer infinitamente mais do que cresceu neste ano, porque não estamos esperando que as pessoas descubram o que o Brasil tem, estamos tentando ir até as pessoas e mostrar o que o Brasil tem.

Nós não podemos mais, enquanto governantes e classe política, sobretudo, viajar o mundo vendendo as coisas equivocadas do nosso país. Isso, os adversários já fazem. O que nós precisamos é mostrar as coisas boas que nós temos. É verdade que este país tem criança de rua; é verdade que este país tem pobreza; é verdade que este país tem prostituição infantil; é verdade que este país tem carnaval e tem futebol. Mas é verdade, também,



que este país tem indústria, tem tecnologia, tem agricultura capaz de competir, em igualdade de condições, com as melhores indústrias e agriculturas do mundo desenvolvido.

Quando eu chamei o Furlan para ser ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu falei: Furlan, eu quero que você seja um mascate. Eu quero que você seja aquele mascate — eu tenho a lembrança de mascate de quando eu era pequeno, quando chegava um cidadão com uma sacola, batendo na porta e, às vezes, saía minha mãe, ou minha irmã, que não queria comprar mas, depois de meia hora, voltava para dentro com um paninho que tinha comprado para pagar não sei em quantas prestações, mas comprava.

E falei: Furlan, você vai ser esse homem. Você vai botar os produtos do Brasil embaixo do braço e vai viajar esse mundo para vender. Afinal de contas, você aprendeu a fazer isso e tem que fazer. Não dá para ficar aqui, esperando que eles nos descubram, nós temos que fazer valer e acontecer.

Imaginem o potencial que nós temos na América do Sul. E, aí, nós descobrimos que não é possível haver integração comercial na América do Sul se nós não temos as pontes, não temos as hidrovias, não temos as ferrovias, não temos a integração física, fica difícil. Nós não temos nem vôos para muitas capitais da América do Sul. As pessoas têm que ir a Miami para vir ao Brasil. Se as pessoas têm que ir a Miami, já fazem negócio em Miami.

Muitos países da América do Sul passaram décadas acreditando que o Brasil era imperialista. Muitos têm medo dos empresários brasileiros, mas não têm medo dos empresários americanos.

Então, nós é que temos que ir lá, porque a relação comercial é uma relação política, é uma questão de confiança, é uma questão de nos apresentarmos bem e de sabermos vender o nosso produto. Não é nem arrogância, nem prepotência, é a sutileza da conversa. Não adianta ser prepotente, temos que ter os argumentos certos para a hora certa, para vender



as coisas que o Brasil tem.

Eu acho que, hoje, essa é a política consolidada em todos os países da América do Sul. Hoje, as pessoas não vêem mais o país como imperialista. Hoje, as pessoas vêem o Brasil como parceiro, porque nós fizemos questão de dizer que não queremos relação de hegemonia com nenhum país, nós queremos relação de parceria.

Esse é um vício do Brasil. Esse é um vício dos empresários brasileiros, era um vício dos sindicalistas brasileiros: nós nascemos e crescemos olhando para a Europa e para os Estados Unidos. Ora, obviamente que é importante, afinal de contas, são nossos dois principais parceiros comerciais. Mas um país que tem o tamanho do Brasil não pode ficar estagnado, tem que procurar novas fronteiras. Nós temos que ter ousadia.

Alguns empresários foram comigo à África, agora. Há um espaço enorme para o Brasil crescer na sua relação política, cultural e comercial com a África. Agora, não é possível que, para ir à África, se tenha que ir a Paris primeiro. É preciso que nós, do governo e as empresas de aviação, tenhamos noção de que se nós limitarmos o direito de ir e vir das pessoas, estará limitado, também, o direito de comércio.

E, agora, vamos para os países árabes. O último chefe de Estado brasileiro a ir a Beirute foi D. Pedro II. É inacreditável, mesmo que não fosse pelas relações comerciais. A gente não pode andar nas ruas do Rio de Janeiro sem encontrar um árabe. A gente não pode andar nas ruas de São Paulo sem encontrar um árabe. São milhões aqui, no Brasil, muito mais do que os que existem lá em Beirute. Então, até por uma questão de fineza, de delicadeza, de responsabilidade política, o Brasil teria que ter uma relação mais aberta e mais próxima.

Nós vamos ao Líbano, vamos fazer uma feira em Dubai, nos Emirados Árabes, vamos à Síria, ao Egito e à Líbia. É engraçado porque, durante muito tempo, o Brasil não podia nem conversar com a Líbia, porque os americanos



não gostam dos líbios e, então, o Brasil também não tinha que gostar. Os franceses e os italianos nunca deixaram de ter relações com a Líbia, nunca deixaram de comprar o petróleo da Líbia. E nós deixamos de fazer negócio.

Uma coisa que nós queremos, na verdade, é que este país tenha auto-estima, que este país decida o seu destino, trace o seu caminho sem pedir licença a ninguém. Pode-se ter relação de parceria com todo o mundo, sem se curvar.

Vocês, empresários, sabem, e quem faz negócio sabe, o Pratini de Moraes está aqui, já viajou muito e já negociou muito pelo Brasil e sabe perfeitamente bem que ninguém respeita um negociador de cabeça baixa. Ninguém. Nem na relação sindical. Se a pessoa não tiver altivez, se não andar de cabeça erguida e não disser: “Eu sou igual a você, mandei meu produto, é de boa qualidade”, ninguém vai valorizar o seu produto. Ninguém.

Então, nós assumimos a responsabilidade de dizer: Olhe, nós queremos ter parceria com todo mundo. Se a China é importante, é lá que nós vamos, se a Rússia é importante, é lá que nós vamos, se a Índia é importante, é lá que nós vamos. Nós não podemos ficar esperando que alguém permita que a gente vá.

Eu tenho dito: os empresários brasileiros precisam parar de ter medo de se transformarem em empresários multinacionais. Nós temos que ocupar um espaço neste Planeta, e isso é que nem política: ninguém dá licença.

Perguntem para os deputados e para os senadores. Política é assim: você pensa em apresentar um projeto de lei, comenta sobre o assunto no jantar e, no café da manhã, outro já apresentou. Relação comercial é exatamente isso. Se alguém sabe que o Brasil pode vender carne não sei para onde, como, agora, os Estados Unidos querem vender carne para a Rússia e o Brasil não pode entrar, nós vamos ficar esperando alguém fazer concessão ou nós vamos lá, disputar cada quilo de carne que eles querem comprar e mostrar que a nossa é melhor.



Senão, não tem espaço. O Brasil precisa deixar de ser um país em vias de desenvolvimento. Eu não tinha nem cabelo branco e o Brasil já era o “país do futuro”. Será que nós não somos filhos de Deus, que esse futuro nunca chega? Vai chegar, na hora em que depender de nós.

Por isso, o acerto do G-20, lá em Cancún. Essa coisa a gente não aprende na teoria, não. Essa coisa a gente aprende na prática. Eu converso muito com o Celso Amorim, com o Furlan, com o Roberto Rodrigues. Se o Brasil for pelear – como diria o Prati de Moraes –, sozinho, com a União Européia, é uma luta titânica, porque eles são muito fortes.

E, agora, qual é o problema? O Celso sabe bem. Qual é o problema? Acabam de entrar dez países novos na Comunidade Européia, que pertenciam ao Leste Europeu e, portanto, são países com problemas. São países que a parte rica da União Européia vai ter que ajudar, o que significa que vão sobrar menos euros para vir para cá. Então, nós temos que procurar outros caminhos.

E qual é o caminho? Com os Estados Unidos, que são o nosso maior parceiro individual, a coisa parece que bateu quase no topo, ou seja, chegou nas limitações. Eles têm problemas políticos. Não pensem que eles colocam tarifas e não tarifas para os nossos produtos por causa da questão econômica. Num país que tem um PIB de 10 trilhões, isso não é nada. É por uma questão eleitoral. Lá, eles valorizam o eleitor mais do que nós. Eles não mexem porque sabem que mexer no subsídio é mexer num barril de pólvora, e aquilo pode explodir. Então, nós temos que procurar outros.

E aí começam a aparecer a China, a própria Rússia, a Índia, a África do Sul e o México começam a pensar em se voltar um pouco para a América do Sul, para não ficar ligado apenas aos Estados Unidos. Nós não poderemos ter com o Japão apenas a relação que nós temos, de 0,8% das coisas que exportamos. É muito pouco. Agora, nós temos que ir lá, nós temos que partir para cima, não como o time do Brasil fez com o Uruguai, nós temos que partir para cima com mais garra, com mais vontade.



Essas medidas que anunciei aqui são para dizer para vocês o seguinte: essas coisas poderiam ter acontecido há cinco anos, há quatro anos, há três anos, mas aconteceram agora. Portanto, a partir de agora, meus companheiros e companheiras, eu quero dizer para vocês que o governo está cumprindo a sua parte. Eu espero que, com o governo cumprindo a sua parte, os empresários cumprindo a deles e a nossa política externa fazendo o “meio de campo” que está fazendo, não há por que a gente ficar sentado numa cadeira lamentando o vento que não passou, deixando de desfrutar a brisa que está soprando no nosso rosto.

Que Deus ajude este país, porque este país precisa e está dando uma chance a si mesmo. Eu quero dizer para vocês: estou, hoje, há dez meses e 28 dias de governo, mais otimista do que estava no dia 1º de janeiro, quando tomei posse. Todo santo dia e em toda reunião, mesmo com os trabalhadores desempregados, que têm direito de reclamar, mesmo com as pessoas que estão ganhando menos, eu digo: meu filho, espere que as coisas vão acontecer. Não há por que não acreditar que as coisas vão acontecer. E eu quero que vocês trabalhem com esta convicção: o Brasil não deixará de crescer, não voltará a ser o que era antes, numa oscilação que parecia mais um aparelho de cardiograma, que ora estava pulando a 100, ora estava paralisado. É preciso que haja equilíbrio, é preciso que haja uma maré tranqüila. E nós, podem ter certeza, daremos a nossa contribuição.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm